

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

LÍSIA DA COSTA RIBAS BUARQUE

**A INFLUÊNCIA DAS MATRIZES INSTITUCIONAIS NO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO DA AUSTÁLIA E DO BRASIL:
DA COLONIZAÇÃO À SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES.**

Porto Alegre

2010

LÍSIA DA COSTA RIBAS BUARQUE

**A INFLUÊNCIA DAS MATRIZES INSTITUCIONAIS NO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO DA AUSTÁLIA E DO BRASIL:
DA COLONIZAÇÃO À SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES.**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Monteiro

Porto Alegre

2010

DEDICATÓRIA

A minha mãe Andréa, meu padrasto Felix por toda dedicação com muito carinho. Lembrando sempre da “delicadeza da vida”...

Ao Giovanni, pela presença cheia de amor.

Porto Alegre

2010

RESUMO

A partir do século XX, as questões relacionadas aos motivos que podem explicar o desenvolvimento econômico começaram a ser mais analisadas pelos economistas e estudiosos de outras áreas. Durante esse período, surgiu uma nova teoria multidisciplinar que considera que a evolução dos arranjos institucionais é capaz de explicar os diferentes resultados socioeconômicos, a chamada Nova Economia Institucional. Considerando que existe diferença no desenvolvimento da economia da Austrália e do Brasil - mesmo sendo dois países relativamente novos, de colonização exploratória, com uma série de características semelhantes - este estudo se propõe a encontrar as causas desses distantes resultados através da análise comparativa das matrizes institucionais de cada país. Cinco resultados foram encontrados, sendo que a primeira causa é considerada o cerne dos diferentes desenvolvimentos econômicos.

Palavras-chave: Nova Economia Institucional, Desenvolvimento Econômico, Formação Econômica da Austrália, Formação Econômica do Brasil.

ABSTRACT

From the twentieth century, issues related to the reasons that may explain economic development began to be further analyzed by economists and scholars from other areas. During this period, a new multidisciplinary theory that considers the evolution of institutional arrangements are able to explain the different socioeconomic results, the so-called New Institutional Economics. Considering that a difference in developing the economy of Australia and Brazil - two countries even though relatively new, exploratory colonization, with a series of similar characteristics - This study aims to find the causes of those distant outcomes by comparative analysis of institutional matrices in each country. Five results were found, with the first issue is regarded as the core of the different economic developments.

Keywords: New Institutional Economics, Economic Development, Economic Formation of Australia, Economic Formation of Brazil.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 NOVA ECONOMIA INSTUCIONAL	10
2.1 INSTITUIÇÕES	10
2.1.1 DIREITO DE PROPRIEDADE	11
2.1.2 CUSTOS DE TRANSAÇÃO	12
2.1.3 GOVERNANÇA.....	13
2.2 MUDANÇA INSTITUCIONAL	16
2.3 ORIGENS INSTITUCIONAIS DO SUBDESENVOLVIMENTO.....	19
3 AUSTRÁLIA.....	23
3.1 PERÍODO DE COLONIZAÇÃO	24
3.1.1 MINERAÇÃO.....	24
3.1.2 EXPANSÃO AGRÍCOLA	27
3.1.2.1 OCUPAÇÃO DAS TERRAS	30
3.1.3 CICLO FINANCEIRO	30
3.2 INDEPENDÊNCIA.....	32
3.2.3 INDUSTRIALIZAÇÃO.....	34
3.3 POLÍTICA.....	38
3.4 SISTEMA JURÍDICO.....	39
4 BRASIL.....	40
4.1 PERÍODO DE COLONIZAÇÃO	41
4.1.1 CICLO DA CANA-DE-AÇÚCAR	42
4.1.2 MINERAÇÃO.....	43
4.2 INDEPENDÊNCIA.....	45
4.2.1 CICLO DO CAFÉ	46
4.2.2 INDUSTRIALIZAÇÃO.....	47
4.3 POLÍTICA.....	51
4.4 SISTEMA JURÍDICO.....	52

5 ANÁLISE COMPARATIVA DAS MATRIZES INSTITUCIONAIS	54
5.1 COLONIZAÇÃO	57
5.1.1 CICLO DA MINERAÇÃO	57
5.2 INDEPENDÊNCIA.....	62
5.2.1 INDUSTRIALIZAÇÃO.....	65
5.3 POLÍTICA.....	68
5.4 SISTEMA JURÍDICO.....	68
6 CONCLUSÃO	70
REFERÊNCIAS	73

1 INTRODUÇÃO

A partir do século XX, as questões relacionadas aos motivos que podem explicar o desenvolvimento econômico começaram a ser analisadas pelos economistas e estudiosos de outras áreas. O surgimento de uma teoria multidisciplinar, que considera a evolução dos arranjos institucionais, possibilitou encontrar as causas que são relevantes para explicar os diferentes desenvolvimentos socioeconômicos dos países.

Segundo a Nova Economia Institucional, as instituições desempenham um papel importante no crescimento econômico, uma vez que geram os incentivos necessários para que ocorra a troca eficiente e, por conseguinte, um desempenho econômico melhor. Arranjos institucionais eficientes são aqueles capazes de minimizar as incertezas existentes no ambiente, através da criação de estruturas estáveis que promovam a concorrência nos mercados.

Os diferentes padrões de desenvolvimento dos países podem ser explicados através da evolução de suas instituições, chamadas de matrizes institucionais. A maioria das regiões de economia desenvolvida atualmente são aquelas em que o Estado cumpre os contratos, protege os direitos de propriedade, assegura a estabilidade e a paz. Comparativamente, alguns países evoluíram mais em suas instituições beneficiando o crescimento e outros países não obtiveram tal êxito.

A Austrália foi, no final do século XVIII e durante o século XIX, colônia penal e de exploração da Inglaterra – proclamando a sua independência em 1901. Os seus arranjos institucionais, a partir de 1788, foram evoluindo criando os alicerces necessários para que o continente australiano conseguisse crescer e se desenvolver economicamente em paralelo. No ano de 2010 a Austrália atingiu a segunda posição em Índice de Desenvolvimento Econômico.

O Brasil também foi colônia de exploração de Portugal a partir do século XVI até o século XIX, proclamando a sua independência em 1822 e a República em 1889. As matrizes institucionais brasileiras que foram se desenvolvendo após o primeiro ciclo econômico representativo da cana-de-açúcar propiciaram crescimento econômico, contudo o nível de desenvolvimento não evoluiu da mesma forma.

O índice de Desenvolvimento Humano do Brasil em 2010, após crescer quatro posições frente a 2009 (devido a mudanças na metodologia do cálculo) encontra-se na 73ª.

Existe diferença no desenvolvimento socioeconômico da Austrália e do Brasil - mesmo sendo dois países relativamente novos, de colonização exploratória, com uma série de características semelhantes. Esse trabalho se propõe a identificar as causas da discrepância de desenvolvimento por meio da análise comparativa das matrizes institucionais de cada país.

As bases da formação das instituições informais e formais são geradas ao longo da história de cada país, principalmente no período inicial ou quando ocorrem revoluções. Para este estudo, a delimitação do período de tempo foi estabelecida a fim de evidenciar os alicerces que deram origem às instituições em ambos os países. Sendo assim, a análise irá se concentrar desde o período de colonização até o primeiro choque do petróleo (1973), considerando que as instituições já estavam mais amadurecidas e, portanto, já influenciando a eficiência econômica tanto da Austrália como do Brasil.

O trabalho está estruturado com o Capítulo 2, apresentando as principais argumentações da teoria da Nova Economia Institucional, principalmente com base nos trabalhos de Douglass North, um dos maiores expoentes dessa escola. No decorrer do capítulo são expostas as análises sobre as causas do subdesenvolvimento, partindo da análise de quais heranças coloniais podem causar falhas na formulação de instituições eficientes.

Nos Capítulos 3 e 4 são apresentadas as formações socioeconômicas da Austrália e do Brasil, respectivamente. Parte-se desde o período colonial, enfocando os principais ciclos econômicos e os seus efeitos na criação das primeiras instituições. Considerando que ambos os países possuíam recursos valiosos em seu território (minérios e terras adequadas a agricultura), ocorreram semelhanças na condução dos processos de colonização: ambos de suas respectivas metrópoles, principalmente no que tange a dependência. Os arranjos institucionais formados durante a República, no momento de “virada para dentro” das economias, até a consolidação do Modelo de Substituição de Importações são apresentados nesses dois capítulos.

No Capítulo 5, é estruturada uma análise comparativa das matrizes institucionais formadas ao longo dos principais ciclos econômicos, buscando apresentar as suas influências no crescimento e desenvolvimento econômico da Austrália e do Brasil. São comparados os principais indicadores socioeconômicos dos anos 2000 até 2010, a fim de evidenciar como diferentes arranjos institucionais, formados desde o período colonial, foram capazes de gerar discrepantes resultados socioeconômicos.

Com o objetivo de estruturar a análise, inicialmente compara-se os principais ciclos econômicos de ambos os países de acordo com o nível do efeito de encadeamento, para depois comparar as matrizes institucionais geradas partir desses ciclos. Assim, a teoria da Nova Economia Institucional é utilizada como referencial teórico para conduzir as análises comparativas ao longo do capítulo.

Finalmente, no último Capítulo, as cinco causas encontradas são apresentadas de forma sistematizada, possibilitando evidenciar o impacto que cada uma delas imprimiu na criação dos arranjos institucionais e, conseqüentemente, no desenvolvimento econômico da Austrália e do Brasil.

2 NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL

A Nova Economia Institucional (NEI) busca analisar a relevância das instituições para o desenvolvimento econômico de um determinado país. A economia neoclássica considera a estrutura institucional como dada, não exercendo influência no desempenho da economia de um país. O papel das instituições começou a ser estudado com mais profundidade pelas teorias econômicas no começo do século XX, pelo chamado Velho Institucionalismo, de Veblen, Commons e Mitchell¹.

2.1 INSTITUIÇÕES

North² (1990) define instituições como sendo um conjunto de regras formais e informais que são impostas pelos homens a si mesmos de forma a estruturar suas interações. O principal papel das instituições é o de minimizar as incertezas existentes no ambiente, através da criação de estruturas estáveis, que regulam a interação entre os indivíduos na sociedade. Sendo as instituições também as responsáveis pelos custos de produção, de transação e pela estrutura de incentivos.

Assim, as instituições são consideradas as “regras do jogo” e as organizações são os “jogadores”. As firmas, os mercados e mesmo o Estado podem ser vistos como organizações, pois buscam alcançar um objetivo comum.

Segundo a NEI, as instituições desempenham um papel importante no crescimento econômico; se elas forem capazes de gerar os incentivos necessários para a troca eficiente, então a sociedade como um todo será beneficiada, e o

¹ O conceito de instituição em Veblen pode ser resumido como um conjunto de normas, valores e regras e sua evolução. Tais fatores resultam de uma situação presente que molda o futuro através de um processo seletivo e coercitivo, orientado pela forma como os homens vêem as coisas, o que altera ou fortalece seus pontos de vista. Há, portanto, um forte vínculo entre as especificidades históricas e a abordagem evolucionária. O velho institucionalismo desenvolveu uma linha analítica mais descritiva, deixando a descoberto algumas questões teóricas. Por conta dessa omissão, tal linha de pensamento pagou um pesado tributo, como o de ser qualificada, por importantes autores, como Schumpeter e Marshall, como uma pseudoteoria (CONCEIÇÃO, 2002, pg. 4).

² Douglass North recebeu o prêmio Nobel de Economia em 1993.

desempenho do país será melhor. Entretanto, se o desempenho das instituições for inadequado, resultado será um crescimento econômico fraco³.

Portanto, quando se busca analisar as causas que influenciam o desenvolvimento econômico de um determinado país é fundamental conhecer o quão eficientes são suas instituições, pois são elas as responsáveis pela seleção e pelas restrições de certos tipos de conduta, garantindo assim redução do grau de incerteza implícito nas atividades humanas.

2.1.1 DIREITO DE PROPRIEDADE

Considerando que as instituições são essencialmente sistemas de incentivos para qualquer tipo de troca, quanto mais bem definidos e mais garantidos forem os direitos de propriedade, menores os custos de se realizar transações em uma economia. Entretanto, apesar das características do direito de propriedade apoiarem-se em direitos e sanções regulamentadoras, constata-se que não é apenas isso, pois também decorrem amplamente do costume e da tradição. É na relação complexa e evolutiva da relação entre características legais formais e consuetudinárias (cultura⁴) que o direito e a propriedade devem ser definidos (HODGSON, 1994, p. 170).

Shirley (2005) analisa o papel desempenhado pelo direito de propriedade como incentivador do crescimento econômicos dos países ao longo da história. Segundo ela, o aumento do comércio e da riqueza da sociedade, eleva a demanda por proteção dos direitos de propriedade. Se o Estado é fraco demais para suportar esses novos contratos e proteger os direitos de propriedade, há uma diminuição ou estancamento da evolução do intercâmbio e da especialização – portanto o crescimento do país é limitado. Contudo, se o Estado for forte demais, tendo tanto o poder de proteger a propriedade privada, bem como de desapropriá-la, causará uma diminuição na credibilidade, reduzindo assim o incentivo a novos investimentos.

³ TAYOSHIMA, S. H. Instituições e Desenvolvimento Econômico, artigo apresentado no III Encontro nacional de Economia Política, junho de 1998, p. 95 – 112.

⁴ North (1995) define cultura com sendo a transmissão de uma geração para outra geração, através do ensino ou imitação, os conhecimentos, valores e outros fatores que interferem na conduta.

Para que o Estado acompanhe e incentive o desenvolvimento de mercados livres é necessário que o crescimento de seu poder seja acompanhado de algumas restrições (NORTH e WEINGAST, 1989, pg. 808). Logo, um Estado forte o suficiente para proteger a propriedade privada de forma eficaz, é aquele que possui o monopólio do poder, mas também se auto impõe limites.

De uma forma objetiva, a independência do parlamento e o sistema jurídico baseados no *common law*, são exemplos de instituições que conseguem travar o poder do Estado em confiscar bens privados. Segundo Shirley (2005), o federalismo pode também ser uma forma de criar um Estado que incentive a formação ou o desenvolvimento de mercados competitivos.

2.1.2 CUSTOS DE TRANSAÇÃO

A ocorrência dos custos de transação é fundamental para compreender a importância do papel das instituições. Em 1937, Ronald Coase escreveu "*The Nature of the Firm*", influenciado pelos estudos de Commons (1931). Coase analisa a existência dos custos de transação. Segundo a sua teoria, se não existisse o custo para usar o mercado, não haveria as firmas. Portanto, as firmas nascem devido aos custos envolvidos no uso do mercado, uma vez que a maior eficiência normalmente ocorre dentro das firmas.

Segundo Williamson (1989), a Teoria dos Custos de Transação é construída a partir de dois pressupostos básicos: racionalidade limitada e o oportunismo. A racionalidade limitada implica que os agentes econômicos possuem restrições em sua capacidade cognitiva para processar todas as informações disponíveis. O segundo pressuposto refere-se a ideia de que os indivíduos buscam os seus interesses próprios, podendo utilizar todos os artifícios possíveis, inclusive a trapaça, podendo ocorrer conflitos entre os agentes e aumento, assim, dos custos de transação nas relações contratuais.

A partir dos dois pressupostos básicos, é possível concluir que a formulação de contratos para a regulamentação das transações será sempre complexa e incompleta, uma vez que é difícil prever todas as situações futuras em um contrato.

Contudo, apesar de os agentes terem uma limitação de sua racionalidade, eles buscam sempre o resultado mais eficiente em uma transação e, sendo assim, existe o impulso para a construção de estruturas de governança que possam lidar com a situação de contratos incompletos e situações imprevistas⁵.

2.1.3 GOVERNANÇA

Uma estrutura de governança pode ser definida como uma estrutura institucional na qual a transação, ou o conjunto de transações relacionadas, é decidida. Williamson (1996) estabelece governança como sendo o esforço para alcançar a ordem, diminuir o conflito e conseguir ganhos mútuos. A estrutura de governança poderia ser definida como o “jogo em si” – os contratos.

De acordo com Williamson (1994) existem três formas diferentes de estrutura de governança que variam de acordo com os diferentes tipos de eficiência dos mercados:

1 – via mercado, essa estrutura de governança possui um controle menor sobre o comportamento dos indivíduos, pois o sistema básico é através do ajuste de preços, incentivando a concorrência.

2 – forma híbrida (contratual): refere-se ao sistema baseado em incentivos e formulações de contratos complexos que procuram minimizar o comportamento oportunista e a racionalidade limitada.

3 – via hierárquica: é a estrutura de governança baseada na internalização total das atividades em uma única organização.

Considerando as falhas de mercado, quanto maior for a sua incidência na economia, maior será a necessidade de uma estrutura de governança rígida, conforme demonstra a tabela 2.1 – na tentativa de controle administrativo, pois haverá a constante necessidade de formulações de contratos que diminuam o comportamento oportunista dos agentes econômicos.

⁵ (PERES, 2007).

Figura 2.1: Características da Estrutura de Governança

	MERCADO	HIBRIDA	HIERARQUICA
CARACTERISTICAS	Neste tipo de estrutura de governança os incentivos são fortes e o ajuste se dá via preços. Ha pouca necessidade de controles administrativos e os contratos são cumpridos sem riscos de comportamento oportunista.	Nesta estrutura, os incentivos são médios, visto que existem falhas de mercado que impossibilitam ajustes autônomos via preço. É então necessária a coordenação dos indivíduos dentro de sistemas de incentivos e contratos que coíbam o comportamento oportunista e possam reduzir os custos de transação em ambiente de informação assimétrica.	Na estrutura hierárquica, os incentivos são fracos e existe forte impacto das falhas de mercado, a ponto de prejudicar o cumprimento de contratos sujeitos sempre à ação dos agentes. Neste ambiente, a barganha pode ser ineficiente e ha necessidade de coordenação e imposição da autoridade política para a busca de resultados financeiros.

Fonte: (PERES, 2007)

A estrutura de governança é o resultado da influência do ambiente econômico e institucional e da existência de maiores ou menores custos de transação. As variações de controle podem ser visualizadas na tabela 2.2⁶. Quando a estrutura de governança é via mercado, ocorre naturalmente um maior incentivo aos investimentos e avanços tecnológicos, uma vez que a competição existe pela diferença de preços. Não são necessários maiores controles administrativos, uma vez que os preços determinam a grau de eficiência dentro desse mercado.

A estrutura de governança na forma híbrida é aquela que ainda não atingiu a concorrência dos mercados via preços, sendo necessários ajustes através da

⁶ Os símbolos de “++”, “+” e “0”, demonstram o quanto varia a ocorrência dos atributos na Estrutura de Governança - Intensidade de Incentivos, Controles Administrativos e Regime de Leis Contratuais. O símbolo zero representa baixa existência de algum dos atributos.

formulação de contratos ou aumento dos controles administrativos. As organizações não são tão incentivadas a investir em avanços tecnológicos como no primeiro caso.

A forma hierárquica de estrutura de governança ocorre devido à alta incidência de comportamentos oportunistas por parte dos agentes econômicos, assim como a existência de assimetrias de informação. Nessa estrutura quase não há incentivos para a concorrência via preços, sendo o controle político necessário para assegurar o cumprimento dos contratos.

De forma geral, verificar-se a menor existência de controles administrativos em mercados que possuem sua concorrência determinada via preços; em oposição ao que ocorre em estruturas de governança hierárquica – onde é necessário um aumento dos controles administrativos.

Figura 2.2: Variações de Controle na Estrutura de Governança

Atributos	Estruturas de Governança		
	Mercados	Híbridos	Hierarquias
Intensidade de Incentivos	Forte (++)	Médio (+)	Fraco (o)
Controles Administrativos	Pouco (o)	Algum (+)	Muito (++)
Regimes de Leis Contratuais	Legalidade (++)	Contrato como Estrutura (+)	Omissão (o)

Fonte: (SCHERER, 2007)

2.2 MUDANÇA INSTITUCIONAL

Segundo North (1990), os diferentes padrões de desenvolvimento dos países podem ser explicados através da evolução de suas instituições, chamadas de matrizes institucionais, que exercem influência direta no desempenho econômico dos países. Essa influência dos arranjos institucionais no desenvolvimento econômico ocorre através de duas formas: pela redução dos custos de transação e também pela redução dos custos de transformação (ou de produção), que somados proporcionam os custos totais.

É possível analisar as causas das discrepâncias no desenvolvimento das economias dos países desenvolvidos e estagnados economicamente, através do estudo comparativo da evolução das matrizes institucionais⁷.

Existem duas questões⁸ fundamentais que a NEI procura responder:

- uma vez que os custos em obter informações caíram, porque não há convergência entre as economias?
- uma vez conhecida a matriz institucional “vencedora”, isto é, aquela referente aos países mais adiantados, porque os países com desempenho pobre não a adotam?

North elaborou dois conceitos chaves para responder essas duas perguntas - *path dependence* e *lock in*. (NORTH, 1990, cap. 11). A criação desses dois conceitos foi feita através da análise do trabalho de Arthur⁹, que constatou que quando duas tecnologias são competidoras – ambas gerando retornos crescentes – nem sempre a mais eficiente prevalece. Uma tecnologia inferior pode se manter, enquanto a superior acaba por desaparecer, devido a mecanismos auto-reforçantes¹⁰.

⁷ Douglass North diferencia as sociedades que permanecem estagnadas em relação as trocas primitivas e aquelas que estão evoluindo, mesmo que de forma desigual.

⁸ Questões retiradas do artigo TAYOSHIMA, S. H. Instituições e Desenvolvimento Econômico, artigo apresentado no III Encontro nacional de Economia Política, junho de 1998, p. 1

⁹ Arthur WB. 1989. Competing Technologies, Increasing Returns, and Lock- in by Historical Small Events. The Economic Journal 99 (March): 116-131.

¹⁰ (TAYOSHIMA, 1999)

Para North, dois fatores moldam o processo de mudança institucional – a ocorrência de retornos crescentes e os mercados imperfeitos. Considerando esses dois fatores influenciando o arranjo institucional, existe, portanto, a atuação dos mecanismos auto-reforçantes na matriz institucional, conseqüentemente ela torna-se *locked in* e *path dependent*.

A partir da influencia do conceito *lock in* e *path dependence*, é possível concluir que mesmo que as instituições não sejam as mais eficientes economicamente, como existem retornos institucionais crescentes a tendência é que elas permaneçam. Então, as mudanças institucionais que ocorrem são a partir dos arranjos já constituídos dentro da sociedade.

Uma vez criadas as instituições, os mecanismos auto-reforçantes fazem com que as economias fiquem *locked in* em determinadas estruturas institucionais, mesmo que essas reforcem atividades improdutivas, impedindo o desenvolvimento das atividades produtivas que melhorem o seu desempenho.

Considerando a existência dos mecanismos auto-reforçantes na perpetuação dos arranjos institucionais, a compreensão da história das instituições é crucial para a determinação da estrutura institucional do presente. Para North, a história é responsável pela ligação entre o passado, presente e futuro, portanto, as instituições possuem a característica de *path dependence*.

A mudança institucional geralmente ocorre de forma marginal, ou incremental, sendo a consequência das somas de pequenas mudanças ao longo do tempo. Mais raramente, essa mudança institucional pode ser gerada de forma abrupta, através de choques – guerras, conquistas e desastres naturais.

Segundo North (1990), os principais agentes da mudança institucional contínua são as organizações, ou mais especificamente os empresários¹¹ que na

¹¹ A tese de North (1993, p. 3), é que as instituições formam a estrutura de incentivos dos indivíduos que interagem na sociedade e que, por conseguinte, as instituições políticas e econômicas são os determinantes fundamentais do desempenho econômico em longo prazo. Todavia, na análise deve estar sempre presente que as eleições que fazem os indivíduos dependem de suas crenças e essas são uma consequência do aprendizado cumulativo que se transmite culturalmente de geração a geração. O tempo é a dimensão em que o processo de aprendizagem dos seres humanos modela a evolução das instituições. Deste modo, a mudança institucional é um processo contínuo e cumulativo que se origina da interação entre instituições e organizações (NORTH 1993, p. 7). Dessa forma, a velocidade da mudança econômica é uma função da taxa de aprendizagem, mas a direção dessa mudança é função das recompensas esperadas que se dão ao adquirir-se diferentes tipos de conhecimento. Assim, os modelos mentais que os jogadores (organizações – empresários) desenvolvem configuram as percepções sobre as recompensas. Desenvolvem-se organizações que refletem as oportunidades oferecidas pela matriz institucional. Nesses termos, se o “marco institucional premia a pirataria, surgirão então organizações que visem a pirataria; e se o marco institucional premia as atividades produtivas, surgirão

busca da maximização da riqueza, renda ou outros objetivos, alteram a matriz institucional de forma incremental.

As relações entre as regras formais e informais e suas diferenças são importantes para explicar as mudanças institucionais. As restrições informais são estabelecidas, em grande parte, pelos traços culturais de uma sociedade e são importantes porque modificam, suplementam ou estendem as regras formais. Nesse sentido, elas estão interligadas, sendo que as regras informais apresentam maior estabilidade ao longo do tempo porque são ancoradas em traços culturais e, portanto, levam mais tempo para serem modificadas. Ao contrário das regras formais que podem ser rapidamente mudadas.

North salienta que a imposição de regras formais bem diferentes das regras informais (que existem em consequência da própria cultura) nem sempre é possível. Dado que os arranjos institucionais se alteram lentamente (de forma incremental), não adianta impor regras formais, já que os traços culturais ficarão latentes, prontos para emergir a qualquer momento.

North (1994) argumenta, através do “dilema da mudança institucional”, que as mudanças lentas e graduais, muitas vezes, serão prejudiciais a sociedade, pela criação de “direitos de corrupção” entre a burocracia vigente, logo as alterações radicais de política precisam ser acompanhadas de uma reestruturação substancial na burocracia.

Essa infraestrutura institucional que precisa ser criada exige um afastamento das organizações sociais, políticas e econômicas centradas em laços familiares, além da promoção de organizações e instituições que possam aparar as inseguranças associadas à extrema interdependência de uma economia de especialização e mercados impessoais. (ARENDE & CAIRO, 2004, p. 8). Para North, as mudanças radicais geram uma maior comoção social e política, uma vez que as limitações informais e as percepções ideológicas simplesmente não se alteram rapidamente.

organizações/empresas – que se dedicam a atividades produtivas.” Também, quanto maior o grau de monopólio, menor o incentivo de aprender e mudar (NORTH 1993, p. 9). (ARENDE & CAIRO, 2004, p. 9).

Sendo assim, a estabilidade das instituições repousa na preservação e reprodução, enquanto a mudança se deve as alterações nos incentivos, devido principalmente às modificações nos preços relativos – que requerem novos arranjos institucionais. A mudança institucional tem o caráter predominantemente incremental, enfatizando a *path dependente* da matriz institucional – implicação fundamental para a explicação das diferenças de desenvolvimento entre as economias¹².

North (1990) analisa que o desempenho ruim dos países de Terceiro Mundo é explicado principalmente através da evolução de suas respectivas matrizes institucionais. Um país pobre, tem um arranjo institucional não eficiente, que não conseguiu reduzir substancialmente seus custos de transação. Nessas economias aonde existem matrizes institucionais pouco desenvolvidas, as incertezas são maiores. Consequentemente, os indivíduos possuem uma dificuldade maior para encontrar as melhores alternativas de investimento, diminuindo assim, seus resultados na economia.

A perpetuação das matrizes institucionais vigentes nos países é reforçada pela própria estrutura de poder dentro da sociedade, uma vez que os indivíduos ou organizações que possuem maior poder de barganha irão contrapor-se às novas mudanças institucionais.

2.3 ORIGENS INSTITUCIONAIS DO SUBDESENVOLVIMENTO

Conforme Shirley (2005) argumenta, a maioria dos países desenvolvidos atualmente são aqueles em que o Estado cumpre os contratos, protege os direitos de propriedade, assegura a estabilidade e a paz. Esses mesmos países desenvolveram mecanismos contratuais e normas de cooperação para incentivar a expansão do comércio, ampliaram o investimento em conhecimento – educação, pesquisas.

¹² Análise baseada no artigo TAYOSHIMA, S. H. Instituições e Desenvolvimento Econômico, artigo apresentado no III Encontro nacional de Economia Política, junho de 1999, p. 107.

Alguns países evoluíram em suas instituições beneficiando o crescimento, outros países não conseguiram obter tal êxito. De acordo com a NEI, as principais causas do subdesenvolvimento podem ser resumidas da seguinte forma:

- Herança colonial – alguns países herdaram instituições pouco eficientes de suas metrópoles.
- Somado ao fator herança colonial, alguns países possuíam recursos valiosos, população que poderia ser escravizadas ou terras adequadas à agricultura – e os colonizadores criaram instituições para explorar esses atributos.
- Conflito político – não havia nas colônias os conflitos de manutenção ou ampliação das fronteiras (territorial), ou entre as elites e seus governantes; portanto as instituições foram criadas para beneficiar uma determinada parcela da população.
- Crenças e normas – a população dos países possuíam crenças e normas que impediram a formação de instituições que viessem a incentivar o comércio e o investimento.

Considerando que a maioria dos países atualmente considerados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento foram colônias no passado, pode-se concluir superficialmente que instituições ineficientes são resultados de uma herança colonial. Entretanto, alguns países ricos, também foram colônias. Shirley (2005) procura evidenciar quais as heranças colônias podem causar falhas na formulação de instituições eficientes.

Analisando a influência do sistema jurídico, é possível observar que o *common law* tem a intenção de limitar o poder do Estado, de cumprimento dos contratos, de proteção dos direitos de propriedade - incluindo o direito dos investidores.

De acordo com Shirley (2005), o *civil law* pode ser visto como um instrumento jurídico do Estado capaz de ameaçar os direitos de propriedade através do estabelecimento de monopólios ou sufocando a inovação. Considerando o direito dos investidores, a lei no *civil law* prevê uma menor proteção aos acionistas

minoritários, quando comparado ao *common law*. Segundo a NEI, o desenvolvimento financeiro exerce um impacto de primeira ordem no crescimento econômico de longo prazo, e, portanto, a origem jurídica é um fator determinante do crescimento através de seus efeitos sobre as instituições financeiras.

O *civil law* é considerado pela NEI como um sistema jurídico menos favorável para a evolução do capitalismo, uma vez que possui uma estrutura mais rígida, baseada na lei. Assim, os processos jurídicos demandam mais tempo para serem julgados, tornando o sistema mais lento.

Outro fator relacionado a pouca eficiência das instituições pode estar relacionada às condições iniciais do território. Em regiões mais ricas que possuíam minérios, terras férteis, ou grande população que poderia ser escravizada, os colonizadores criaram métodos de produção mais opressivos visando o lucro. Esses métodos acabaram concentrando o poder político nas mãos de poucos, formando assim as elites locais.

Conseqüentemente, quando a industrialização iniciou, por volta do século XIX, as colônias ricas possuíam as suas “instituições de extração”, que não asseguravam o direito de propriedade e forneciam poucas oportunidades para o empreendedorismo local e para as inovações tecnológicas, denominado “*reversal of fortune*”¹³.

Ou seja, de acordo com a quantidade de riquezas presentes nas colônias tanto em termos de solo, como também em termos de número de pessoas, as instituições foram sendo criadas pelas metrópoles para aumentar a eficiência do sistema de extração. Sendo essa própria riqueza capaz de manter as instituições de extração, uma vez que estimulavam a ascensão das elites locais.

Engerman e Sokoloff (2000) analisam que as desigualdades sociais, no período colonial e pós-independência, foram aumentando devido ao estabelecimento das elites locais em decorrência do lucro da produção sentada na agricultura extensiva, mineração ou população nativa escravizada. Os autores destacam a

¹³ Acemoglu & Simon Johnson & James A. Robinson, 2002. "Reversal Of Fortune: Geography And Institutions In The Making Of The Modern World Income Distribution," The Quarterly Journal of Economics, MIT Press, vol. 117(4), pages 1231-1294, November.

influência nefasta da escravidão, que contribui pesadamente para as disparidades em termos de riqueza, capital humano e político.

Outro fator importante para explicar as fracas instituições é a ausência do conflito político. Nugent e Robinson (2002) argumentam que o conflito político entre as elites locais podem ser considerados como força motriz para o desenvolvimento institucional, por exemplo: latifundiários e comerciantes. Portanto os conflitos de interesses entre as classes sociais são importantes para a formação de instituições eficientes, pois através desse antagonismo podem-se criar instituições que irão buscar o equilíbrio das diferentes forças sociais.

O último ponto considerado por Shirley (2005) é referente às crenças, religiões, hábitos, resumidamente o que seria a própria cultura. Para North (1994), as crenças “são determinantes subjacentes da dependência de um caminho”. Ou seja, tacitamente as crenças também determinam a criação das instituições, não de uma forma aparente como pode ser analisado nos três casos anteriores; mas através da cultura, que vai moldando e enraizando as instituições.

3 AUSTRÁLIA

A Austrália está entre os seis maiores países do mundo. Excluindo a Antártida, o território australiano é o mais plano e árido do mundo - 20% da superfície é composta por areia.

A população da Austrália hoje é de aproximadamente 22 milhões de pessoas, sendo uma das sociedades mais etnicamente diversas do mundo hoje. O governo australiano considera que quase um em cada quatro residentes australianos nasceu fora do Continente. Esta variedade de origens, juntamente com a cultura dos povos indígenas australianos que viveram no local há mais de 50 mil anos, ajudaram a criar uma identidade única australiana¹⁴.

A Austrália é considerada um país com elevados índices de desenvolvimento socioeconômico, conforme os dados da tabela 3.1. Esses resultados satisfatórios podem ser considerados como consequência da soma de um conjunto de políticas macroeconômicas adotadas e também do quão eficiente são suas matrizes institucionais.

Tabela 3.1: Indicadores do Desenvolvimento Socioeconômico da Austrália

Indicadores	Austrália	
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	0,937	(2º posição)
Esperança de Vida	81,2 anos	(5º posição)
Anos de Estudos Esperados	20,6 anos	(1º posição)
PIB per Capita	35. 677	(13º posição)

Fonte: PNUD 2010

O país, ao longo de sua história, criou elementos para atingir um crescimento econômico em paralelo ao desenvolvimento social. Para fins de análise das matrizes institucionais no Capítulo 5, a formação econômica australiana será dividida em duas partes:

¹⁴Disponível em: www.australia.gov.au/about-australia/our-country/our-people.

* Período Colonial – principais fatores econômicos: mineração, expansão agrícola e ciclo financeiro.

* Pós-Independência – principal fator econômico: início e consolidação do Modelo de Industrialização.

3.1 PERÍODO DE COLONIZAÇÃO

O processo de colonização da Austrália iniciou-se através da Grã-Bretanha, que estabeleceu a colônia penal de Nova Gales do Sul (atualmente Sydney). As prisões da Grã-Bretanha estavam sofrendo com a superlotação, e o território australiano serviu de escoamento para os prisioneiros da Inglaterra. A colônia penal foi fundada em 1788, com a chegada de 161.000 prisioneiros, sendo extinta pelo Governo Inglês em 1839.

O povoamento do continente australiano baseou-se, em grande parte, na ideia¹⁵ de que era um continente vazio e que a terra não era ocupada, uma vez que o aborígene não tinha noção de propriedade. Entre os degredados, havia pouca mão-de-obra especializada, o que dificultou o início do estabelecimento da colônia. A terra, sendo propriedade da Coroa inglesa, era vendida em pequenos lotes, concedida ou arrendada. As leis eram mais favoráveis à pequena propriedade¹⁶. Esse sistema de divisão de terras em pequenos lotes foi um fator relevante para a formação das classes sociais, pois não permitiu que uma grande classe latifundiária emergisse e dominasse o governo.

3.1.1 MINERAÇÃO

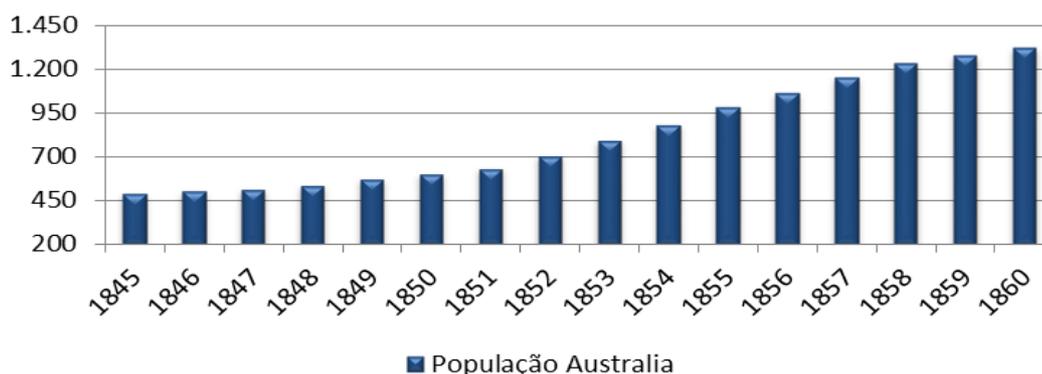
O continente australiano, após a descoberta da existência de minas de ouro pelos ingleses, passou por um processo de transformação. Até o momento dessa descoberta, por volta de 1850, a Inglaterra, que ainda não demonstrava interesse no território australiano, passou a iniciar o processo de colonização, principalmente das

¹⁵ Essa ideia que o continente australiano era desabitado foi propagada nas escolas da Austrália até a década de 1960 .
(PEREIRA, 2006)

¹⁶(CARDOSO; REIS, 2009).

terras do interior, chamando de “marcha para o Oeste”. Conforme pode ser observado no gráfico 3.1, o continente aumentava a sua população suavemente, situação essa que foi modificada após o início da extração aurífera, devido à entrada de imigrantes.

Gráfico 3.1: Crescimento da População Australiana – Mineração



Fonte: (Australian Governanment)

A Austrália foi obrigada a recorrer à imigração massiva para conseguir suprir o sistema de mineração com a mão-de-obra necessária. Entretanto, os imigrantes não-brancos foram excluídos da entrada no país, através de restrições jurídicas. A lei de restrição da imigração exigia um teste de ditado numa linguagem específica. Um dos maiores motivos para a não entrada de negros-imigrantes era a idéia de que eles seriam uma ameaça às condições de trabalho - “*Australia's British Character*”¹⁷.

Durante o século XIX o trabalho nas minas era orientado pela lei *Master and Servant Act* (legislação trabalhista herdada da Inglaterra). Essa lei exigia a obediência e lealdade dos funcionários aos seus empregadores; caso o empregador julgasse que faltou fidelidade por parte do trabalhador, o empregado era punido com o trabalho forçado ou prisão. Na prática, o *Master and Servant Act*, beneficiava o empregador e dificultava a criação de movimentos sociais por parte dos trabalhadores – essas organizações reivindicatórias eram consideradas, na época, restritivas para o funcionamento do comércio - “*restrain of trade*”.

¹⁷ Essas políticas vigoraram até o final da Segunda Guerra Mundial, quando o país precisou da nova entrada de um grande contingente populacional.

Foi a partir do descontentamento frente aos abusos do *Master and Servant Act* que iniciou a formação sindical, por volta de 1820. Em 1870, a união dos trabalhadores já havia se consolidado, chegando a executar, em 1878, um ataque marítimo contra a chegada dos imigrantes chineses.

A principal consequência da colonização australiana ter sido feita por imigrantes vindos da Inglaterra, refere-se ao fato de que esses britânicos foram o resultado da Revolução Industrial iniciada no século XIX. Esses trabalhadores ingleses chegaram com uma “bagagem” de lutas sociais, com um conhecimento do que deveriam ser as relações entre empregador e empregado, não aceitando assim as imposições do *Master and Servant Act*¹⁸. Devido à consciência e à organização política dos ingleses imigrantes, era possível influenciar as políticas do governo colonial. Em 1890, a organização dos trabalhadores do comércio da Austrália já havia atingido a maior adesão em proporção à quantidade de trabalhadores do mundo¹⁹.

Durante o século XIX, como resultado da mineração houve o aumento da população para o Oeste, juntamente com o incremento no índice de urbanização. A economia aurífera incentivou também a expansão do mercado interno, provocando aumento de preços, de produção agrícola e de manufaturas. Portanto, é possível observar que existiu um efeito de encadeamento com a mineração, uma vez que o crescimento não se restringiu somente na economia mineradora, assim como ocorreu em diversos países. A partir desse período, a Austrália começou a expandir suas exportações de minérios e carvão.

A economia do ouro intensificou ainda mais o poder político dos trabalhadores, que exerciam pressões políticas desde a descoberta das minas. Essa influência dos trabalhadores na política foi aumentando paralelamente ao crescimento econômico do país, o que determinou um alto nível de empregos para a população, com a média salarial crescendo a taxas estáveis.

De acordo com Shaw (1944), o tamanho do arranjo sindical presente na Austrália poder ser representado pelo seu alcance regional na época. A partir de

¹⁸ O *Master and Servant Act* iniciou na Inglaterra e foi extinto por volta de 1850.

¹⁹ Análise feita com base nos dados do artigo (HERNÁNDEZ, 1999)

1876, as reuniões sindicais eram feitas unindo os trabalhadores das diferentes colônias australianas, cerca de 40 sindicatos. Como resposta às pressões políticas, a partir de 1870 o governo colonial passou a regular a base mínima de salários e reajustes. Nessa época, foram aprovadas leis que regulamentavam as condições do ambiente de trabalho, a jornada máxima de trabalho de oito horas diárias, contra exploração da criança e da mulher.

A política adotada pelos governos da colônia pode ser considerada “liberalismo colonial”. Não era papel das autoridades fazer intervenções no comércio ou na produção industrial, e sim, favorecer a construção da infraestrutura necessária em parceria com a iniciativa privada²⁰.

3.1.2 EXPANSÃO AGRÍCOLA

O processo de colonização determinado pela Inglaterra trouxe como consequência para a economia australiana o modelo de crescimento voltado para as exportações de bens primários – principalmente carne, trigo e lã. Conforme exposto na tabela 3.1 a base das exportações se concentravam em lã e minérios. Segundo Shaw (1944), o fator mais relevante para que a lã tenha se tornado o principal produto exportado, foi porque a pecuária de ovelhas era pouco trabalho-intensiva, já que o continente carecia de mão-de-obra, devido às restrições quanto à imigração. Durante a década de 1850, a Inglaterra importava o equivalente a 50% da lã produzida na Austrália.

Tabela 3.1: Principais Produtos Exportados pela Austrália no Período Colonial

Ano / Produto	Lã	Minerais	Trigo	Manteiga	Carne	Frutas
1881-1890	54.1	27.2	5.3	0.1	1.2	0.2
1891-1900	43.5	33.1	2.9	2.4	4.1	0.3

Fonte: (SINCLAIR,1976)

²⁰ (HERNÁNDEZ, 1999).

A partir da constante expansão da produção de lã, as primeiras indústrias ligadas ao setor têxtil começaram a surgir no país. Em 1866, como consequência do crescimento do setor manufatureiro, o governo iniciou o seu processo de proteção ao setor infante através da fixação de taxas - principalmente dos produtos derivados agrícolas e de consumo diário - colocando tarifas de 10% aos importados (papel, ferro, cerveja, manteiga, farinha, têxteis, calçados), que foram elevadas para 30% ou 40%, em 1877.

Por volta de 1860, o governo colonial iniciou uma espécie de "estratégia de desenvolvimento" para financiar a infraestrutura necessária para a expansão da industrialização. Os recursos necessários eram provenientes da emissão de títulos para o mercado de Londres e da venda de terras públicas australianas.

É importante observar que os investimentos que foram feitos na colônia australiana para o seu crescimento econômico não foi o resultado de uma intervenção da Coroa Inglesa. O capital utilizado na Austrália era gerado por empréstimos feitos com bancos ingleses, assim como outros países também o faziam.

De acordo com Butlin (1959), entre 1860 e 1890, dois terços da formação bruta de capital foi feita com capital inglês, resultado principalmente dos empréstimos feitos com os bancos ingleses. A terça parte do capital restante provinha de exportações - cerca de 75% dos produtos vendidos para fora do país eram somente para a Inglaterra²¹.

Cabia à administração colonial o papel de ordenar o investimento privado utilizando diversas formas: os sistemas de taxaço, as vendas de terra e de debêntures, as transações bancárias e, inclusive, pela direta competição por capital Inglês. De acordo com a figura 3.1, o governo colonial e a iniciativa privada tiveram pesos semelhantes na formação de capital bruto, concentrando-o principalmente em ferrovias e máquinas agrícolas. Essa expansão em infraestrutura e no setor agrícola colaborou para o incremento da demanda doméstica.

²¹Dados referente ao período de 1860 e 1890 (BUTLIN, 1959).

Figura 3.1: Composição da Formação de Capital Bruto na Austrália no Período Colonial (milhares de Libras)

Ano	FBC Privada			FBC Governo			
	Residencial	Agrícola e Pastoril	Outros	Ferrovias	Comunicação	Autoridades Locais	Outros
1861	1506	1198	449	1252	880	387	541
1870	2792	1205	659	857	473	901	484
1880	3595	6054	2370	3785	1455	1362	1329
1890	7726	2965	3816	5775	1776	3813	2703
1900	851	1725	714	2371	1631	2948	2027

Fonte (BUTLIN, 1959)

A principal fonte de receita do governo durante o período colonial era decorrente dos seus investimentos no setor ferroviário. Butlin (1959) ressalta que as tarifas contribuíram para o desenvolvimento de atividades industriais, mas seu principal objetivo era ser a fonte de receita.

Da mesma forma que o principal comprador dos produtos australianos era os ingleses, o seu principal fornecedor também eram eles, cerca de 60% das transações comerciais eram feitas somente com a Inglaterra. Conforme pode ser verificada na tabela 3.2, a Austrália possuía alta propensão a importar, praticamente na mesma proporção de suas exportações. Portanto, durante o crescimento industrial, havia uma grande dependência do comércio feito com a Inglaterra. As medidas protecionistas foram utilizadas principalmente para a diminuição da entrada de produtos agrícolas, não sendo expandida para os bens manufaturados²².

Tabela 3.2: Medida da Dependência Externa da Austrália

Ano	Exportações		Importações	
	% PIB	P/ Inglaterra	% PIB	P/ Inglaterra
1861	17,40%	66,60%	17,70%	70%
1870	18%	60%	17,80%	63,50%
1880	27,30%	80,20%	22,90%	72%
1890	29,30%	70%	36,20%	65%

Fonte (BUTLIN, 1959)

²² (BUTLIN, 1959)

3.1.2.1 OCUPAÇÃO DAS TERRAS

Em 1861, houve a reforma na ocupação das terras na Austrália, o chamado *Crown Lands Act*. Essa mudança foi introduzida com o objetivo de alterar a posse da terra. Segundo o autor da reforma, as terras que estavam em uma área designada instável ou em reservas agrícolas eram selecionadas para serem adquiridas mediante a compra. O *Crown Lands Act* acelerou o processo de alienação dos territórios que haviam sido adquiridos no princípio da terra *nullius*²³.

A partir dessa reforma, as terras férteis tornaram-se menos disponíveis para os colonos, em contrapartida os industriais continuaram a aumentar as suas propriedades fundiárias para a utilização da produção de lã. Tal política adotada pelo governo colonial pode ser comparada ao mesmo artifício que a Inglaterra utilizou: os cercamentos²⁴.

O que inicialmente poderia representar uma reforma agrária feita antes mesmo da independência da Austrália, na realidade significou o aumento da receita do governo colonial²⁵, desapropriação das terras ocupadas pelos aborígenes e pelos colonos menores – pois esses dois ocupantes não tinham receitas suficientes para a aquisição das terras recém-confiscadas pelo governo colonial. Em contrapartida, o setor manufatureiro de produção de lã possuía recursos financeiros suficientes para a compra das terras, uma vez que era o principal produto exportado pela Austrália durante aquele período.

3.1.3 CICLO FINANCEIRO

A partir de 1870, sob vigência do padrão-ouro, o governo iniciou a securitização de fundos da terra australianos, que possibilitou a expansão de crédito via investimento, dando origem a muita especulação. A primeira grande expansão econômica do país ocorreu entre 1880 e 1890, decorrente da entrada massiva de

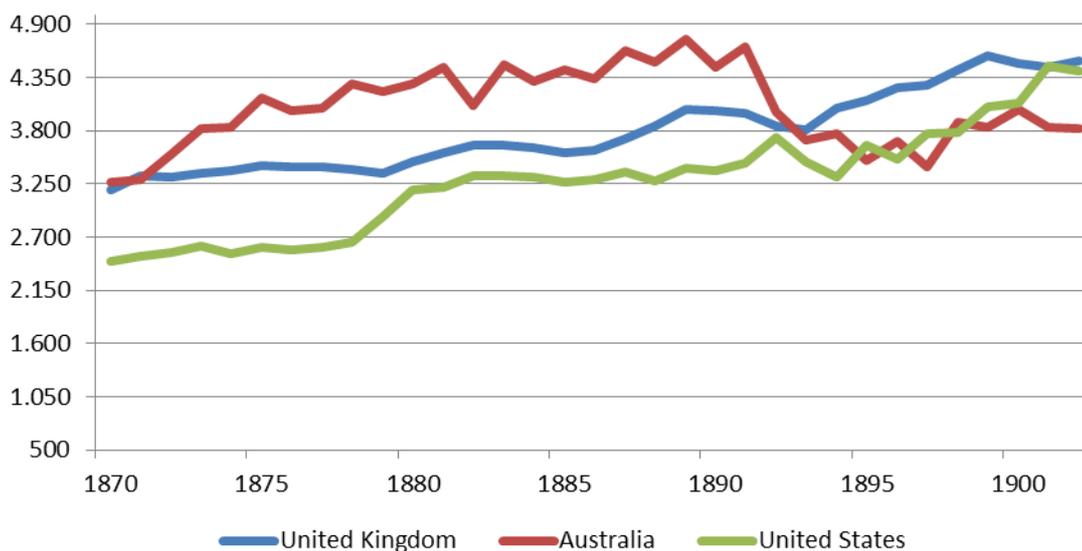
²³ Terra Nullius é uma expressão latina decorrente do direito romano que significa "terra que pertence a ninguém".

²⁴ Os cercamentos (em língua inglesa "enclosures") foram um fenômeno ocorrido na Inglaterra desde o século XVII, considerado como uma das causas que permitiu a eclosão da Revolução Industrial.

²⁵ (CARDOSO; REIS, 2009).

capital estrangeiro. A Austrália obteve a maior renda per capita do mundo durante o século XIX, conforme pode ser visto no gráfico 3.2.

Gráfico 3.2: PIB per Capita da Austrália Século XX



Fonte: (Maddson,2004).

Contudo, após o *boom* econômico, no final da década de 1880 e 1890, os investidores estrangeiros ficaram preocupados com a diferença entre os retornos esperados e retornos reais dos investimentos na Austrália, ocasionando um grande afluxo de capital. A partir da década de 1890 os australianos sofreram uma grave recessão.

Segundo Butlin (1956), a história do povoamento australiano tem sido de crescimento financiado por capitais estrangeiros, pontuada pela depressão causada por crises do balanço de pagamentos, juntamente a um colapso dos preços imobiliários e agravada pelo uso imprudente do capital.

O sistema bancário, composto pelos bancos comerciais das colônias australianas, entrou em colapso em 1893 - pois os bancos estavam operando em um sistema bancário livre²⁶. O primeiro banco a falir foi o Banco Baring, em 1890, uma vez que não existia nenhum banco central, somente existiam algumas

²⁶ Sistema bancário Livre se refere a um arranjo monetário em que os bancos estão sujeitos a regulamentações especiais para além dos aplicáveis a maioria das empresas, sendo livres para emitir seu próprio papel moeda (notas). Em um sistema bancário livre, as forças de mercado controlam o fornecimento da quantidade total de notas e os depósitos.

restrições legais para o funcionamento dos bancos. Esses bancos comerciais emprestavam capital pesadamente, portanto após o colapso dos preços dos ativos de 1888, muitos bancos comerciais decretaram falência. A crise bancária ficou evidenciada quando o Banco Federal faliu, em 30 de janeiro de 1893. Até 17 de Maio, 11 bancos comerciais suspenderam as negociações.

A década que se estende de 1890 a 1900 foi marcada pela crise. A diminuição dos salários e a queda do emprego acarretaram em greves e desmantelamento de sindicatos. A crise pressionou a campanha a favor da federalização da Austrália.

3.2 INDEPENDÊNCIA

Durante as décadas de 1850 e 1860 tiveram início os primeiros movimentos de independência por parte dos constituintes dos governos locais, entretanto não havia ainda o apoio popular. Em 1890, as convenções entre esses políticos foram intensificadas com o objetivo de desenvolver uma constituição para a Comunidade – durante esse período a Nova Zelândia e Fiji participavam das convenções. Foi criado, em 1880, o Conselho Federal para discutir assuntos ligados à federação, comunicação, imigração chinesa, pragas na produção de vinho e carga de impostos. A Nova Zelândia e Nova Gales do Sul não participaram do Conselho Federal. Essa não participação da Nova Gales do Sul enfraqueceu o Conselho, uma vez que ele era o território economicamente mais forte.

Durante esse período do Conselho Federal, as colônias menores tinham receio quanto à formação de uma federação, pois poderiam ser enfraquecidas economicamente. Acreditavam que através da nova legislação federal as leis protecionistas poderiam não mais vigorar.

Após um certo número de Convenções, o *Commonwealth* foi aprovado em 5 de julho de 1900 e recebeu sanção real em 9 de julho do mesmo ano. Em 1º de janeiro de 1901, houve a cerimônia de Proclamação da Comunidade da Austrália em Sydney.

Foi decidido que o Senado seria escolhido por voto popular com os eleitores de cada estado aprovando seu representante estadual. A Constituição estabeleceu

um sistema parlamentar bicameral contendo o Senado e a Casa dos Representantes. O escritório do Governador-Geral foi criado para representar o chefe de estado, o mesmo do Reino Unido.

O *Commonwealth* australiano assim estabeleceu um sistema bicameral, em que ambas as câmaras partilhavam poderes quase idênticos, como forma de viabilizar a união das seis colônias em um estado federativo. O desenho do Senado, em sua tentativa de conciliar uma estrutura federativa e o governo parlamentarista do tipo Westminster, foi a questão mais duvidosa na convenção constitucional. (Coonan, 2002)

A partir da unificação, a Inglaterra concedeu ao poder federal autonomia sobre defesa, moeda, tarifas e relações internacionais. Estabeleceu-se, assim, uma unidade federal aduaneira, com a retirada das tarifas de exportação, expansão do investimento público em ferrovias, apoio à irrigação, programas de imigração assistida, etc. Além disso, as seis colônias, então unificadas em uma federação, estabeleceram livre-comércio entre si, garantindo aos Estados autonomia sobre os gastos públicos e o compromisso de repassar 25% da arrecadação ao governo federal.

A política foi marcada pelo aumento da participação trabalhista. Houve fortalecimento dos sindicatos, formação de indústrias de base, expansão da atividade mineira, nacionalização de monopólios. Em 1904, surgiram as Cortes de Arbitragem Industrial que regulavam as relações de trabalho e estabeleciam piso para os salários, que passara a ser de responsabilidade federal.

A partir de 1905, o Governo da Austrália iniciou um processo para diminuir ou terminar com a raça aborígine dentro do território. Com esse intuito, em 1905, foi declarado o *Aborigines Act*, que autorizava a retirada de crianças mestiças das suas mães aborígenes e sua transferência para aldeamentos sob a jurisdição de administradores brancos na Austrália Ocidental. Esse sistema, fundado em 1913, funcionava como uma colônia penal para os nativos indígenas e para aqueles classificados como indigentes. No caso da Austrália Ocidental, muitos mestiços, filhos de trabalhadores brancos das fazendas e mulheres aborígenes, foram transportados do norte para o sul do estado sob a jurisdição do Protetor Chefe dos

Nativos. A violência desenfreada contra os aborígenes continuou até o início da década de 1940²⁷.

3.2.3 INDUSTRIALIZAÇÃO

O processo de formação e crescimento industrial da Austrália pode ser dividido em duas fases, de acordo com as políticas adotadas pelo Governo. A primeira fase corresponde a período que inicia com a Grande Depressão (1930) e vai até o primeiro choque do petróleo (1973), que corresponde às políticas intervencionistas. A segunda fase é referente ao fim do intervencionismo na economia, que se iniciou no período pós 1973 e vai até os dias atuais.

Fase I: Intervencionista - Substituição de Importações (1930 até 1973)

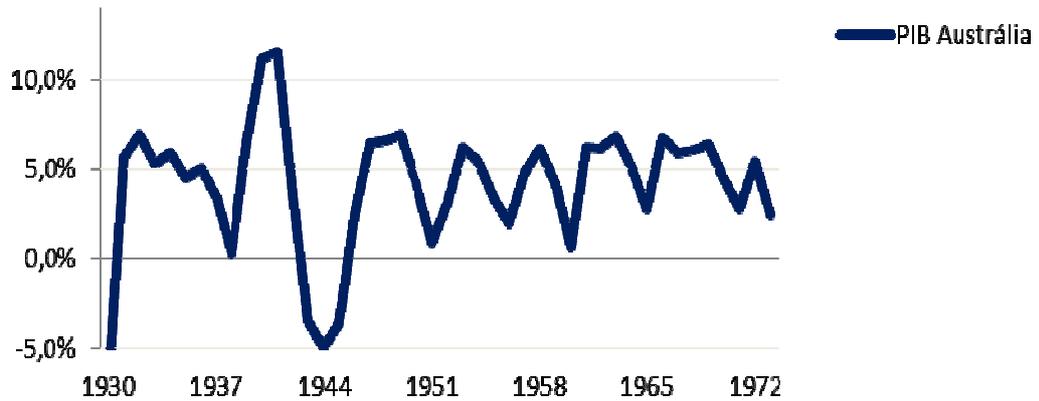
A Austrália, exportadora de bens primários foi severamente afetada pela Grande Depressão e pela Segunda Guerra. Durante a década de 1930 o governo introduziu o processo de substituição importações das matrizes energéticas. Contudo, o início real da industrialização é considerado a partir de 1930 e 1945, pois ocorreu uma diminuição na oferta de produtos estrangeiros “vitais” e de bens de consumo durável e não durável durante esse intervalo de tempo.

O governo, devido a essa falta de produtos generalizados ampliou o modelo de Substituição de Importações (SI) para outras áreas, através do subsídio para a construção de plantas industriais para bens duráveis e não duráveis. Os dados do crescimento do PIB do gráfico 3.2 evidenciam o tamanho do impacto da crise de 1929 e da Segunda Guerra para a economia australiana e o quanto o país elevou a sua produção interna para suprir a necessidade de produtos de subsistência.

Segundo Attard (2004), todas as indústrias rurais (com exceção do setor têxtil), cresceram devido ao sistema de subsídios, controles de preços e as intervenções no mercado tanto em nível federal como também estadual.

²⁷ Atualmente a população aborígene é inferior a 2% da população total. (*Australian Government*).

Gráfico 3.2: Crescimento do PIB Australiano – Fase I



Fonte: (MADDISON, 2004)

Devido à constante falta de mão-de-obra, a Austrália recorreu novamente à imigração em massa, flexibilizando as leis que restringiam a entrada de outros povos que não fossem os ingleses. Para o Primeiro Ministro australiano, *Chifley Calwell*, existia uma “relação simbiótica” entre migração e desenvolvimento econômico, já que um grande contingente de imigrantes poderia ajudar a industrialização moderna, permitindo uma ampliação das economias de escala.

Durante o período pós 1945, havia poucas fábricas modernas no país, e era necessária, devido à falta de bens no mercado, uma ampliação e reestruturação do setor industrial. Os industriais australianos não eram qualificados o suficiente para fazer o setor secundário crescer, portanto o governo agiu indiretamente, incentivando a migração de trabalhadores qualificados nativos da Europa. Embora o governo subsidiasse a formação dessas novas indústrias, a gestão das empresas ficava a cargo da iniciativa privada, e, muitas vezes, a gestão das organizações eram feitas por estrangeiros, que haviam migrado para o continente australiano.

As principais políticas macroeconômicas utilizadas no período que sucedeu a Segunda Guerra eram os controles de importação e do câmbio. As importações foram controladas a partir do rígido sistema de licenciamento, no qual a maioria dos produtos – cerca de 98% – sofriam com as barreiras tarifárias. (MOFFAT, 1987, pg. 6). Esses controles foram instituídos visando incentivar a produção de bens internos e diminuir os déficits do balanço de pagamentos.

Os controles cambiais foram uma das ferramentas adicionais utilizadas para conter as importações, principalmente os bens produzidos pela área do dólar – Canadá e Estados Unidos, o que contribuiu para desenvolver a indústria transformadora do país.

O processo de substituição de importações orientado pelo governo obteve êxito, e a Austrália, durante a década de 1960, claramente reduziu a sua dependência das importações, conseguindo criar uma moderna estrutura industrial - atingindo o seu pico em meados de 1960, com cerca de 28% da produção nacional. Ainda assim o setor exportador ligado aos recursos naturais, principalmente o setor de mineração, continuou prevalecendo como o de maior peso.

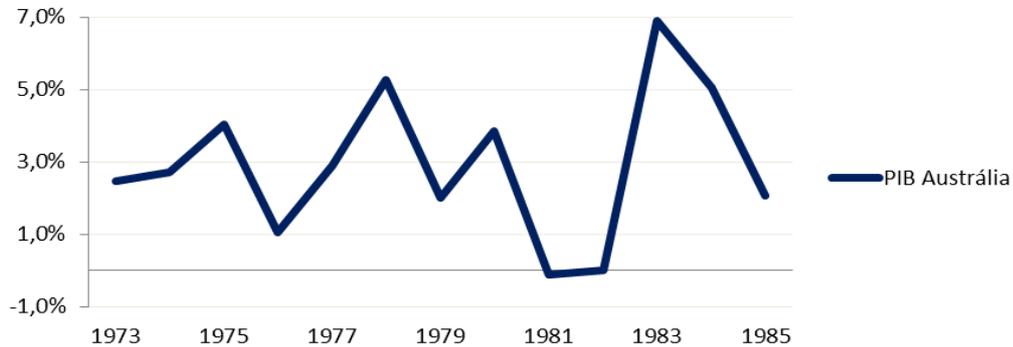
Entretanto, a partir da década de 1970, as consequências dessa política intervencionista começaram a emergir. O aumento das tarifas protecionistas desde 1930 provocou a pouca eficiência de algumas indústrias, as quais não conseguiam sobreviver sem os subsídios governamentais. Em síntese, durante o período de 1921 até 1973 o Conselho Tarifário Australiano recomendou proteção para quase toda a indústria²⁸.

Fase II: Liberalização e da mudança estrutural pós – 1973

Desde o início da década de 1970, a instabilidade da economia mundial, somada à fraqueza da economia interna decorrente dos constantes déficits no balanço de pagamento e o aumento da dívida externa, ocasionou o fim do período de crescimento econômico. O crescimento econômico australiano torna-se instável, conforme os dados descritos no gráfico 3.3, chegando a ter um crescimento zero no ano de 1982 . Durante as décadas seguintes o preço relativo das *commodities* caiu, ficando mais caro arcar com as despesas da importação. Durante o período de 1970 até o início de 1990, a Austrália também sofreu com a inflação persistente e o aumento do desemprego. Como consequência, a renda per capita oscilou consideravelmente e a economia se contraiu em termos absolutos durante 1980-81 e 1984-85.

²⁸ (MOFFAT, 1987)

Gráfico 3.3: Crescimento do PIB Australiano – Fase II



Fonte: (MADDISON, 2004)

As mudanças econômicas eram necessárias, contudo a forte regulação limitava a introdução de novas políticas, as quais deveriam reduzir a ação governamental. A ação dos governos visava proteger os empregos nas indústrias estabelecidas, as quais haviam sido criadas no período anterior. Porém há de se ressaltar que as idéias liberais estavam ganhando força, em decorrência do declínio da economia. O catalisador dessas mudanças econômicas foi a crise na balança comercial, já que o preço dos bens exportados – minérios e produtos agrícolas – caíram substancialmente a partir de 1980-1981 até o final da década, e o valor das importações de mercadorias da Austrália superou a das exportações, aumentando ainda mais o déficit em conta corrente.

A economia australiana, devido ao segundo choque do petróleo, entrou em recessão de 1982 a 1983. O desemprego subiu para quase 10%, maior nível desde a Grande Depressão. Em 1983, o Governo Trabalhista procurou promover uma recuperação através de um “acordo” com o movimento sindical, que visava à criação de empregos, mantendo os salários reais.

Durante os anos 1980 e 1990, as reformas econômicas se aprofundaram, incluindo: **a)** a flutuação do dólar junto com a desregulamentação do sistema financeiro; **b)** a eliminação progressiva do protecionismo; **c)** a reforma fiscal; **d)** a privatização e reestruturação das empresas públicas; **e)** a eliminação dos monopólios estatais; e **f)** a desregulamentação de setores como transportes e telecomunicações.

Em contraste com a década de 1930, as perspectivas de reforma interna foram melhoradas devido à existência de um clima internacional favorável. A Austrália aumentou a sua abertura comercial entrando para a APEC (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico) e Grupo de Cairns.

Essas reformas institucionais contribuíram para o aumento do desempenho econômico. Paralelamente à liberalização da economia, foram feitas reformas educacionais pretendendo fornecer a mão-de-obra qualificada necessária, visto que no período anterior foi necessário recorrer à qualificação dos imigrante para industrializar o país. Essas mudanças surtiram efeito, tanto que a retenção no ensino secundário duplicou na década de 1980, seguido por um forte aumento das matrículas em escolas técnicas e universidades. Em 2002, a despesa total em educação como proporção da renda nacional atingiu a média dos países membros da OCDE.

3.3 POLÍTICA

A Austrália se define politicamente como liberal democrática, refletindo os modelos britânico e norte-americano. No país ainda vigora a primeira constituição, de 1901. O governo é baseado em um parlamento eleito pelo povo com duas câmaras: a Câmara dos Deputados e do Senado. Os Ministros são nomeados a partir dessas duas câmaras.

Ainda que a Austrália seja uma nação independente, a rainha Elizabeth II da Grã-Bretanha é também formalmente a Rainha da Austrália, sendo responsável por nomear o Governador-Geral para representá-la. Nos estados, a Rainha é representada por um governador em cada estado.

Diferentemente da Grã-Bretanha, a Austrália possui uma Constituição escrita, podendo ser modificada com a aprovação do eleitorado através de um referendo nacional. A Constituição define que os membros do Legislativo também devem ser os membros do Executivo, ou seja, o Parlamento delega amplos poderes regulatórios para o Executivo. O Governo é formado na Câmara dos Deputados pelo partido capaz de comandar a maioria naquela câmara.

Uma eleição geral deve ser realizada a cada três anos para a formação do novo Parlamento Federal. Entretanto, na prática, as eleições gerais são realizadas quando o Governador-Geral concorda com a solicitação do primeiro-ministro, que escolhe a data da eleição.

A duração de cada partido no governo varia bastante, o Partido Liberal liderou uma coalizão que esteve mais tempo no governo por 23 anos de 1949 à 1972. Antes da Segunda Guerra Mundial, alguns governos duraram menos de um ano, mas desde 1945 houve apenas sete mudanças de partido no governo federal.

A Austrália possui quatro principais partidos políticos: **a)** Partido Trabalhista Australiano (ALP) - partido social-democrático fundado pelo movimento sindical australiano; **b)** Partido Liberal - partido de centro-direita; **c)** Partido Nacional da Austrália – o mais antigo partido do país, que representa os interesses rurais e, **d)** Verde – de esquerda, representante dos ambientalistas.

3.4 SISTEMA JURÍDICO

O sistema legal australiano é baseado nos princípios do Estado de Direito, da Justiça e da Independência do Poder Judicial. A característica principal do sistema *common law*, de origem anglo-saxônica, funda-se no precedente jurisprudencial, na liberdade individual e na defesa do direito de propriedade. Esse sistema proporciona maior previsibilidade e segurança jurídica aos agentes econômicos.

Segundo Castro (2002), o *common law* é, em sua natureza, descentralizador e liberal, o que possibilita o desenvolvimento de um ambiente institucional mais sintonizado com as necessidades dos agentes econômicos que nele atuam por meio de um processo democrático e mais eficiente na regulação jurídica das atividades do mercado, o que possibilita maior proteção aos direitos do cidadão.

4 BRASIL

O Brasil é o quinto maior país do mundo em termos de território e encontra-se economicamente na oitava posição em PIB nominal²⁹.

A população brasileira atualmente é de 191 milhões, sendo o resultado do encontro de Europeus, Africanos e Indígenas principalmente. Independentemente da sua cor de pele, a maior parte dos habitantes possui um nível de ancestralidade genética europeia muito alta, sendo ancestralidade indígena a de maior presença na constituição dos genes brasileiros³⁰.

Enquanto a Austrália encontra-se na 2º posição no Ranking de Desenvolvimento Humano elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil encontra-se na 73º posição. Esse resultado está em conformidade com os demais dados apresentados na tabela 4.1. A matriz institucional brasileira ainda não pode ser considerada eficiente com base nos indicadores de desenvolvimento. As dificuldades que o país encontra de criar condições para crescer economicamente e se desenvolver socialmente, estão relacionadas também com os arranjos institucionais pouco eficientes.

Tabela 4.1: Indicadores do Desenvolvimento Socioeconômico do Brasil

Indicadores	Brasil	
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH 2010)	0,699	(73º posição)
Esperança de Vida	72,4 anos	(92º posição)
Anos de Estudos Esperados	13,8 anos	(93º posição)
PIB per Capita (US\$)	10.296	(70º posição)
Coeficiente de GINI (2008)	49,3	

Fonte: PNUD 2010

Com a finalidade de encontrar as raízes dessa disparidade no desenvolvimento econômico entre os dois países analisados nesse estudo, o

²⁹ Disponível em: <http://www.imf.org/external/ns/cs.aspx?id=29>.

³⁰ Brazilian Journal of Medical and Biological Research.

presente capítulo apresenta a trajetória de formação econômica brasileira, dividida em duas partes:

- * Período Colonial: ciclo da cana-de-açúcar e mineração.
- * Pós-Independência: ciclo do café e introdução do Modelo de Substituição de Importação.

4.1 PERÍODO DE COLONIZAÇÃO

O período de colonização brasileira teve início em 1530, com o Rei de Portugal organizando a primeira expedição com objetivos específicos de colonização: povoar o território brasileiro, expulsar os invasores e iniciar o cultivo de cana-de-açúcar no Brasil.

A partir do descobrimento, as terras brasileiras começaram a receber os “criminosos” do reino, excluídos ou banidos da sociedade em que viviam. Os degredados foram transformados em instrumentos da política de colonização da coroa portuguesa, principalmente devido à grande dificuldade de encontrar pessoas dispostas a partir para a colônia.

Segundo Bueno (2004), a interpretação clássica do processo de colonização do Brasil pode ser desdobrada em três direções complementares³¹. A primeira refere-se ao objetivo fundamental da colonização, que era a valorização do capital da Coroa Portuguesa, ou seja, a colônia serviria somente para gerar lucros para Portugal.

Considerando que o objetivo fundamental da metrópole era o lucro, o segundo desdobramento faz referência à forma mais eficiente de atingi-lo, que foi a utilização da mão-de-obra escrava. Contudo, se por um lado essa forma de mão-de-obra viabilizou o projeto colonial, por outro lado imprimiu marcas profundas e duradouras nas instituições políticas e sociais brasileiras.

A terceira consequência menciona o próprio caráter da inserção da produção colonial no circuito capitalista internacional. Bueno (2004) argumenta que a expansão da economia colonial ocorria por meio de ciclos, cuja dinâmica da

³¹(PRADO JÚNIOR, 1942).

economia era sistematicamente interrompida antes de produzir as bases de um desenvolvimento generalizado.

De acordo com Prado (2000) a colonização portuguesa inicialmente foi apenas um “negócio do Rei”, não sendo, portanto, uma extensão da colônia lusitana. Durante a primeira fase de colonização, até meados do século XVII, o poder da Coroa foi até certo ponto limitado diante dos colonos, pois havia uma convergência de interesses - não interessava opor-se aos colonos que, afinal, estavam desbravando o território e promovendo os interesses da metrópole, uma vez que faltavam os recursos materiais e humanos necessários para tal empreitada³².

4.1.1 CICLO DA CANA-DE-AÇÚCAR

O primeiro grande produto de exportação brasileiro foi o açúcar, que era produzido principalmente na Zona da Mata, próximo ao Nordeste Brasileiro. Como havia pouca mão-de-obra, ou seja, poucos índios locais, Portugal decidiu iniciar a importação de escravos africanos (principalmente de Angola). A rápida expansão do cultivo de açúcar transformou a Zona da Mata em uma área de monocultura. O setor de exportação de açúcar foi lucrativo para vários agentes econômicos³³ – fazendeiros e aqueles ligados à comercialização, financiamento, expedição e comércio de escravos.

Furtado (2007) analisa as causas do fracasso da economia açucareira concluindo que o lucro da produção que se destinava às classes comerciais era investido no estrangeiro, enquanto os fazendeiros gastavam nas importações de bens de consumo e produção (incluindo os escravos). Portanto não havia uma relação entre investimento e renda em uma economia escravista voltada para a exportação.

No início do século XVII, o Brasil torna-se o principal fornecedor de açúcar do mundo, superando as especiarias asiáticas. Contudo, já no final do mesmo século, a atividade açucareira começou a declinar. A principal causa desse enfraquecimento deve-se a grande quantidade de oferta de açúcar nas colônias inglesas, holandesas

³² Ponto enfatizado em *Evolução Política do Brasil*, escrito em 1933.

³³ (BAER, 2007, pg. 33).

e francesas, que possuíam acesso preferencial aos respectivos mercados dos países de origem.

Segundo Baer (2007), o legado do ciclo de exportação do açúcar foi negativo ao Brasil, uma vez que a organização da agricultura permaneceu primitiva e as técnicas continuaram arcaicas. O sistema escravista manteve os recursos humanos subdesenvolvidos e a distribuição de bens e de renda era extremamente concentrada.

4.1.2 MINERAÇÃO

A produção de ouro cresceu continuamente entre 1690 e 1760, levando o Brasil a fornecer a metade do ouro mundial no século XVIII. O ciclo de exportação do ouro mudou o centro de atividades econômicas para o Centro-Sul e, pela primeira vez, desenvolveu-se um setor artesanal. Iniciaram-se também os primeiros grupos bancários privados. A mineração conseguiu que surgissem os efeitos de encadeamento. A demanda por alimentos foi um estímulo à produção agrícola, não somente nas cidades em que havia minas, mas também em toda a periferia, chegando até o Sul do país.

O setor de mineração também contribuiu para que o Rio de Janeiro despontasse como um porto relevante. Assim, em 1763, o centro administrativo da colônia portuguesa foi transferido de Salvador para o Rio de Janeiro.

Essa significativa valorização da colônia trouxe como consequência um maior controle administrativo por parte de Portugal. Como a colônia deveria ser administrada com um elevado grau de eficiência foi criado o Conselho Ultramarino, que regulamentava e administrava as atividades coloniais. A partir desse momento, Portugal tornou mais rígido o monopólio comercial através do monitoramento pelas recém-criadas Companhias de Comércio. Internamente, o poder político desloca-se para as Câmaras Municipais, antes sob o controle dos grandes proprietários, passando para a burocracia real, que administra com mais rigor a colônia.

A mineração no Brasil proporcionou um elevado fluxo de pessoas, sendo considerada "a primeira grande migração maciça na história demográfica

brasileira"³⁴. As minas atraíram uma quantidade ainda maior de imigrantes portugueses, calculada em cerca de 400 mil indivíduos durante todo o século XVIII. A grande onda migratória para a região, contudo, foi compulsória. O volume do tráfico transatlântico de escravos para a América portuguesa, que já era o maior do Novo Mundo, duplicou na primeira metade dos setecentos. Entre 1701 e 1720, desembarcaram nos portos brasileiros cerca de 292 mil africanos escravizados, em sua maioria destinados às minas de ouro. Entre 1720 e 1741, novo aumento: 312,4 mil indivíduos. Nas duas décadas seguintes, o tráfico atingiu seu pico máximo: 354 mil africanos escravizados foram introduzidos na América portuguesa entre 1741 e 1760³⁵.

Esse sistema criado para atender as exportações de minério se auto reforçava³⁶, pois foi aumentando o peso da mão-de-obra escrava. O principal resultado desse novo sistema foi que o trabalho escravo se tornou o fundamento do nexos social da colônia. De acordo com Bueno (2004), a consequência dessa especialização para atingir o maior lucro possível através do uso da mão-de-obra escrava produziu uma sociedade que, de um lado, desvalorizava o trabalho e, de outro, foi incapaz de produzir, entre as classes subalternas, agentes políticos capazes de pressionar por mudanças nas instituições do regime colonial. Prado (2000) define essa sociedade colonial como desagregada, cujas forças sociais são dispersas, o que explica a relativa estabilidade da estrutura colonial.

Enquanto a colônia brasileira tornava-se mais especializada na exportação de matérias primas (principalmente o ouro), a metrópole portuguesa aumentava as leis proibindo o desenvolvimento autônomo da colônia. Somente as atividades ligadas ao comércio internacional eram incentivadas pelos portugueses³⁷. Segundo Bueno (2004), o clima de ócio era generalizado, o que resultava na desvalorização psicológica do trabalho, fazendo com que mesmo as atividades potencialmente lucrativas existentes não fossem exploradas³⁸.

³⁴ Marcílio, Maria Luiza. "A população do Brasil colonial". In: Bethell, Leslie (org.). *História da América Latina*. Vol. 2: América Latina Colonial. São Paulo: Edusp/Funag, 1999, p. 321.

³⁵ (MARQUESE, 2006)

³⁶ (BUENO, 2004)

³⁷ (BUENO, 2004)

³⁸ A manufatura local era rigidamente controlada e os bens que poderiam ser fornecidos pela metrópole, não poderiam ser produzidos no Brasil. (BAER, 2000, pg. 36).

Os fatores de produção da colônia permaneceram num estado primitivo – muito devido à falta de instrução que era praticamente inexistente antes de 1776. A estrutura de transporte também foi mantida rudimentar por parte da Coroa com a finalidade de controlar o contrabando.

O ciclo do ouro iniciou o seu declínio no final do século XVIII, devido ao esgotamento das minas. A população mineira, então, foi uma parte para o Planalto Central – onde encontrou o trabalho nas fazendas de gado; enquanto a outra parte foi para o Sul – engajando-se em atividades agrícolas, muitas de natureza de subsistência.

4.2 INDEPENDÊNCIA

Napoleão Bonaparte invadiu Portugal em 1807 e a família real, sob proteção britânica, veio para o Brasil. A capital do império português foi instalada no Rio de Janeiro. Em 1808 foi fundado o Banco do Brasil, que operou como banco emissor e banco comercial até 1829.

Durante esse período inicial, devido ao estímulo da Coroa Portuguesa, houve a entrada de muitos cientistas e técnicos europeus, vindos como consultores. Também ocorreu na mesma época a fundação de diversos centros educacionais. A nobreza portuguesa incentivou vários tipos de estabelecimentos industriais, entretanto não era possível a fixação do setor manufatureiro nacional devido, principalmente, à concorrência dos produtos importados, principalmente os vindos da Grã-Bretanha. Os ingleses tinham acesso especial ao mercado brasileiro, em troca da garantia de defesa naval do Brasil³⁹.

O Rei de Portugal retornou em 1821, deixando o filho como regente. Em 1822, foi declarada a Independência do país. Durante esse período a população foi estimada em 3,9 milhões de habitantes, sendo que 1,2 milhão eram escravos⁴⁰. Segundo Baer (2007), o século XIX foi economicamente controlado pela Grã-Bretanha, através da entrada livre dos produtos manufaturados. O país também estava aberto ao capital estrangeiro (principalmente inglês), que entrava no Brasil,

³⁹ Baer (2000).

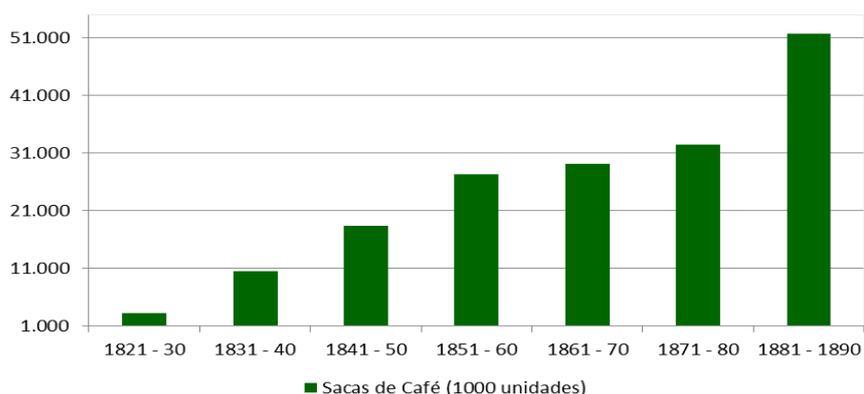
⁴⁰ (PRADO, 2006, pg. 346)

destinando-se a formar uma infraestrutura financeira, comercial e de transportes, uma vez que era necessário o país estar ligado de uma forma mais eficiente à ordem econômica mundial.

4.2.1 CICLO DO CAFÉ

O aumento da demanda mundial por café foi o resultado da melhoria dos padrões de vida na Europa e América do Norte, fruto do progresso ocasionado pela Revolução Industrial. A partir de 1875 o café se tornou o principal produto exportado pelo Brasil⁴¹. Na década de 1820, as exportações de café representavam 19% da pauta. Em 1891, essa participação passou para cerca 63%, conforme mostram os dados do gráfico 4.1. A maior parte das plantações de café eram ao norte e oeste do Rio de Janeiro (Vale do Paraíba) e no nordeste (Cantagalo) até meados de 1880. As características da produção eram técnicas agrícolas rudimentares, baseadas no trabalho de escravos negros e mulatos - que geralmente viviam à margem da economia monetária, administrada pelo fazendeiro, o qual reinava “como um patriarca poderoso sobre as questões sociais e políticas na área adjacente, além de controlar as atividades econômicas da fazenda em si”⁴².

Gráfico 4.1: Exportações de Café do Brasil



Fonte: (BAER, 2007, pg. 38)

⁴¹ Holloway, Thomas H. In: *The Brazilian coffee valorization of 1906: Regional politics and economic dependence*. Madison: Sociedade Histórica Estadual de Wisconsin para o Departamento de História da Univesidade de Wisconsin, 1975, p. 5.

⁴² Holloway, Thomas H. op. cit., p. 5; veja também STEIN, Stanley. In: *Vassouras, a Brazilian coffee country, 1850-1900*. Cambridge, Mass., Harvad University Press, 1957.

Baer (2007) analisa a influência do café na economia brasileira da seguinte forma: “não pode haver dúvidas de que as exportações de café foram o instrumento de crescimento durante o século XIX”⁴³. Ainda assim, concomitantemente ao período de expansão do setor cafeeiro, existiram outros produtos na pauta de exportações brasileiras, tais como: algodão, fumo, cacau, borracha e açúcar.

A construção de ferrovias foi uma das principais medidas adotadas pelo governo visando o desenvolvimento naquele período. A maioria dessas ferrovias foi construída por empresas inglesas – quatro companhias britânicas eram proprietárias de 72% de todas as ferrovias brasileiras.

Durante o período do século XIX, o governo procurou incentivar a imigração e a colonização. Até o momento anterior a Independência a Coroa portuguesa atraiu um grupo de colonizadores suíços com o pagamento de suas passagens e proporcionou-lhes meios para iniciar um povoado. Entretanto, a existência do sistema escravista dificultava a difusão desses projetos, sendo realmente colocado em prática na região Sul do país com os imigrantes alemães durante 1820 e 1830.

A grande onda migratória visando o povoamento iniciou após a abolição da escravidão, em 1888, e da proclamação da República, em 1889⁴⁴. Segundo Baer (2004), a imigração deveria exercer um efeito positivo no desenvolvimento econômico do Brasil, especialmente no Sul, uma vez que oferecia ao país um número de pessoas economicamente ambiciosas – o “ato público de subsidiar a imigração foi, a curto prazo, um substituto razoavelmente eficiente para o investimento em educação como meio de melhorar a qualidade dos recursos humanos na economia”⁴⁵.

4.2.2 INDUSTRIALIZAÇÃO

De acordo com Baer (2007), nas três décadas que antecederam a Primeira Guerra Mundial houve um crescimento industrial significativo. Segundo o autor, não

⁴³ (BAER, 2004, pg. 40).

⁴⁴ (GLADE, 1969, pg. 306)

⁴⁵ (GLADE, 1969,pg. 306)

é possível analisar a industrialização no país como um processo contínuo pós 1890, pois existe uma diferença entre crescimento industrial e período de industrialização.

Fase I – Início do Modelo de Substituição de Importação

Até o final de 1920 o crescimento das indústrias dependia das exportações agrícolas. A partir de 1950, a indústria se tornou a principal maneira encontrada pelo governo para modernizar e aumentar a taxa de crescimento da economia. Antes da década 1950 o processo de industrialização foi originado por circunstâncias externas, como a Grande Depressão (1930) – decorrente da crise no balanço de pagamentos. A depressão de 1930 causou um impacto fortemente negativo sobre as exportações brasileiras, cujo valor sofreu uma queda de US\$ 445,9 milhões em 1929 para US\$ 180,6 milhões em 1932⁴⁶.

A restrição às importações com a contínua demanda interna resultante da receita gerada pelo programa de apoio ao café⁴⁷ causou uma grande escassez de bens manufaturados - essa falta de oferta de bens elevou os preços relativos, servindo assim como propulsor para uma arrancada na produção industrial.

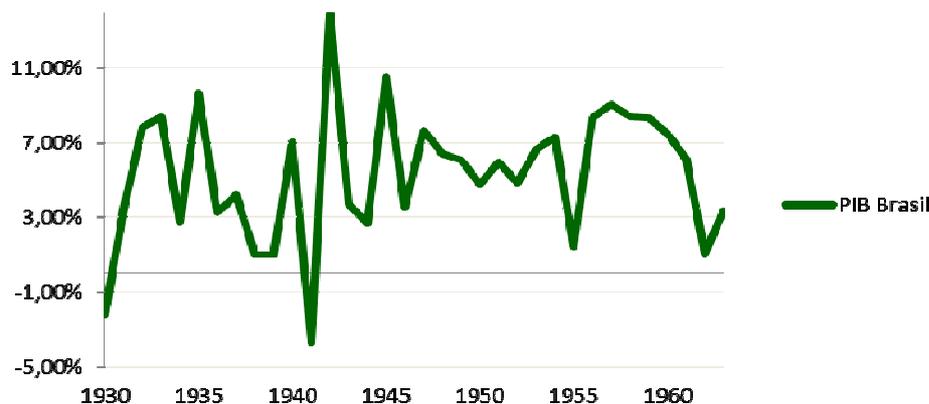
Na década de 1930, o país adotou o modelo de industrialização substitutiva de importação⁴⁸ que resultou após a Segunda Guerra Mundial elevados índices de crescimento econômico, conforme os dados do gráfico 4.2.

⁴⁶ (BAER, 2004, pg. 54)

⁴⁷ No início do século XX, quando se configurou a crise da superprodução do café, o seu preço no mercado internacional caía sensivelmente, mobilizando os cafeicultores, que se reuniram para a criação de uma estratégia que mantivesse o preço do produto valorizado em momentos de crise. Essa estratégia firmou-se no Convênio de Taubaté

⁴⁸ A industrialização por substituição de importações (ISI) verifica-se empiricamente quando ocorre crescimento da produção industrial com expansão da demanda interna, simultaneamente a uma redução do coeficiente de importações da indústria (participação relativa das importações no produto industrial). De um modo geral, a SI contribuiu positivamente para dinamizar o crescimento da produção interna, principalmente nas fases iniciais da industrialização. No caso do Brasil, foi particularmente importante entre o início da década de 1930 e fim da década de 1970.

Gráfico 4.2: Crescimento do PIB Brasileiro – Fase I



Fonte: (MADDISON, 2004)

A partir de 1947, o Governo intensificou as intervenções na economia, com os controles cambiais e programas para conter o nível de importação. Essas políticas macroeconômicas resultaram em um intenso período de crescimento acelerado da industrialização brasileira durante a década de 1950,

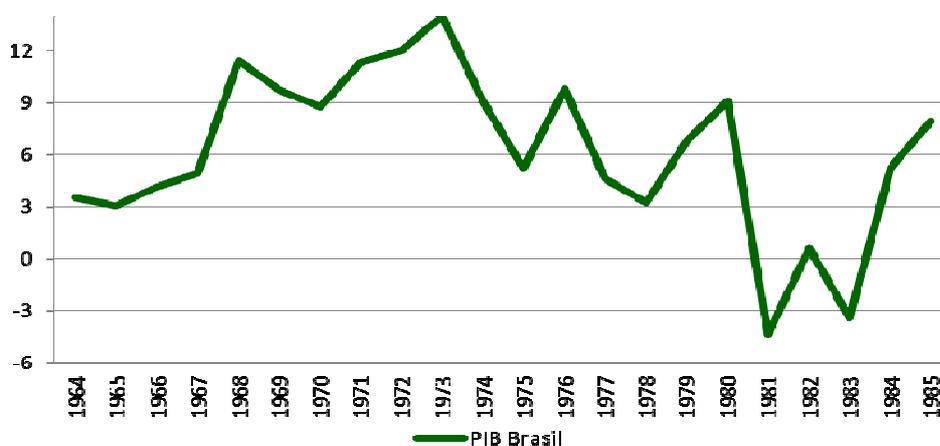
A estratégia intervencionista permaneceu inalterada até inícios de 1961. A partir de então, o parque industrial implantado no Brasil já havia cumprido sua função original e pressionava por mercados externos. Portanto, o aumento das exportações passou a ser visto como um mecanismo para dar continuidade ao processo de desenvolvimento, por meio da implantação de um modelo complementar ao Modelo Substitutivo de Importações.

Fase II – Do Milagre Econômico ao Início da Década Perdida

A tendência mundial de maior flexibilidade das políticas econômicas influenciou também o Brasil. Entre os anos de 1967-1974, o comércio exterior articulou-se a partir de três objetivos básicos: **a)** estímulo à entrada de capitais estrangeiros; **b)** estímulo à promoção das exportações de manufaturados; **c)** liberalização progressiva das importações. De um modo geral, a política de estímulo às exportações foi muito bem sucedida, permitindo crescimento acelerado das exportações e, particularmente, o aumento das exportações de manufaturados.

O Brasil alcançou uma alta taxa de crescimento econômico no período de 1968 – 1973, tornando-se o símbolo do modelo de Industrialização o Substitutiva de Importação para o mundo. Nesse período, a taxa média anual de crescimento econômico foi de 11%, sendo denominado de “Milagre Econômico”, conforme os dados apresentados no gráfico 4.3. A nova política econômica adotada baseava-se na abertura ao capital estrangeiro, na internacionalização da economia e no aumento da produção industrial destinada aos mercados interno e externo.

Gráfico 4.3: Crescimento do Brasil – Fase II



Fonte: (MADDISON, 2004)

Após 1974, o aumento explosivo dos preços do petróleo e a recessão mundial que se seguiu afetaram profundamente as contas externas brasileiras. De um modo geral, o Brasil optou por fazer ajuste à nova realidade mundial de maneira dinâmica, ou seja, apostando que a recessão mundial seria breve e que as taxas de juros seriam mantidas relativamente baixas. Dessa forma, tentou-se sustentar as taxas de crescimento da economia e os níveis de investimento industrial por meio do endividamento externo, da elevação de tarifas e de maiores restrições quantitativas às importações.

Entretanto, a partir da década de 1980, o crescimento da economia amparado pelas políticas macroeconômicas do governo ficou insustentável. O país viveu assim

a chamada “Década Perdida”⁴⁹: baixo crescimento econômico, fracasso dos planos de estabilização, alta inflação e grande dívida externa.

4.3 POLÍTICA

O Brasil é uma república federalista presidencialista, de regime democrático-representativo, onde as funções de chefe de Estado e chefe de governo são reunidas em um único órgão: a Presidência da República.

Segundo Kinzo (2004) existe no Brasil uma controvérsia em relação a questão partidária ser ou não um problema para a consolidação democrática, visto que o sistema partidário brasileiro é um dos mais fragmentados do mundo.

A fragmentação do sistema partidário não seria um problema para o funcionamento da democracia caso não afetasse a inteligibilidade do processo eleitoral⁵⁰. No caso brasileiro, a intensa fragmentação partidária está acompanhada por uma pequena inteligibilidade do processo eleitoral⁵¹ e os partidos não possuem contornos claramente definidos. De acordo com Kinzo (2004) trata-se mais de gradações ou variações do que propriamente diferenças estruturais.

A autora argumenta que, em um contexto de multipartidarismo e de eleições majoritárias para os cargos executivos, é natural que os partidos formem alianças, principalmente em se tratando de eleições nacionais – como são as presidenciais. As coligações são prática disseminada em todos os níveis – do nacional ao municipal. Tanto nas eleições para governo de Estado como para prefeitura municipal, todos os partidos, independentemente de sua dimensão ou linha ideológica, recorrem às coligações.

Sendo assim, a necessidade da coligação torna-se crucial decorrente da própria fragmentação do sistema partidário e tornando-se um ciclo vicioso - o sistema permanece fragmentado, pois é permitido aos políticos e aos partidos formarem as alianças. Em outras palavras, as estratégias eleitorais são construídas

⁴⁹ YONN, Taek D. Desenvolvimento Econômico Comparado: Coréia do Sul e Brasil, 1999.

⁵⁰ Inteligibilidade no processo se refere à capacidade de o sistema produzir opções claras para os eleitores, permitindo-lhes escolher com base em seu conhecimento sobre os partidos ou sua identidade com eles.

⁵¹ Em geral, um sistema partidário fragmentado tende a ter partidos de contornos mais definidos, alicerçados em algum tipo de clivagem social, regional ou política, proporcionando aos eleitores opções mais estruturadas e diferenciadas na disputa eleitoral.

de forma a obter o melhor resultado no contexto institucional em que os políticos operam e a formação de alianças é a melhor estratégia tanto para os grandes partidos como para os pequenos.

A volatilidade eleitoral é uma consequência desse sistema eleitoral e a institucionalização de um sistema partidário dificilmente ocorre nesses contextos de volatilidade⁵². Kinzo (2004) conclui que o sistema partidário brasileiro está, portanto, distante de uma consolidação⁵³.

4.4 SISTEMA JURÍDICO

Os órgãos judiciários brasileiros exercem dois papéis: o primeiro, do ponto de vista histórico, é a função jurisdicional, também chamada jurisdição⁵⁴ e o segundo é o controle de constitucionalidade. A ordem jurídica brasileira estabeleceu um método para evitar que os atos legislativos e administrativos contrariem regras ou princípios constitucionais, através da criação de dois sistemas⁵⁵: difuso e concentrado (nesse caso, a decisão favorável ataca a lei ou ato normativo em tese⁵⁶). O sistema brasileiro de controle de constitucionalidade é híbrido, pois combina elementos originados na doutrina estadunidense (controle difuso) com outros inspirados no direito europeu continental (controle concentrado).

O modelo atual do sistema judicial brasileiro tem sido considerado ineficiente, acarretando a inibição de investimentos nacionais e estrangeiros, o que ocasiona a limitação da atividade econômica, exigindo segurança jurídica para consolidar-se; conseqüentemente, deixa de ser um instrumento que auxilie no aumento das

⁵² (Pedersen, 1990; Bartolini e Mair, 1990).

⁵³ KINZO, A. Maria. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.19 no.54 São Paulo Feb. 2004.

⁵⁴ Trata-se da obrigação e da prerrogativa de compor os conflitos de interesses em cada caso concreto, através de um processo judicial, com a aplicação de normas gerais e abstratas.

⁵⁵ 1º) difuso - todos os órgãos do Poder Judiciário podem exercê-lo e suas decisões a esse respeito são válidas apenas para o caso concreto que apreciam; 2º) concentrado - em alguns casos, os ocupantes de certos cargos públicos detêm a prerrogativa de arguir a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, federal ou estadual, perante o Supremo Tribunal Federal, por meio de ação direta de inconstitucionalidade.

⁵⁶ Analogamente, há outros agentes públicos legitimados à arguição de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal, em face de dispositivos da Constituição Estadual, perante o respectivo Tribunal de Justiça.

receitas, sendo um dos responsáveis por não incentivar o crescimento econômico e social⁵⁷.

O judiciário tem relevante papel tanto na questão econômica, como na proteção dos direitos humanos; no Brasil, em razão da morosidade e do alto custo do judiciário, a maior parte das violações aos direitos dos brasileiros, que é de pequena complexidade e ocorre no cotidiano, não é levada ao Poder Judiciário, provocando uma cultura de incerteza da impunidade⁵⁸.

O sistema jurídico brasileiro é de tradição ibérica, decorrente de uma relação internacional centralizadora e autoritária nos períodos colonial e imperial. Castro (2002) afirma que o sistema adotado pelo Brasil, *Civil Law*, de origem romano-germânica (possui sua fonte na lei) é lento se comparado com a velocidade que os agentes econômicos atuam.

Segundo Castro (2002) a falta de controle democrático sobre os órgãos que fazem parte do sistema judicial brasileiro provoca a perda de sua credibilidade; as denúncias de corrupção também geram ineficiência e insegurança jurídica, afastando a atividade econômica, que requer segurança jurídica para atuar. O autor afirma que o Brasil já incorporou diversos institutos do sistema judicial *Common Law*, devidamente adaptados a nossa cultura jurídica.

⁵⁷ FARIA, Ana Maria. JUDICIÁRIO & ECONOMIA EQUALIZAÇÃO DESEJADA E NECESSÁRIA. Revista Direitos Fundamentais & Democracia. 2007.

⁵⁸ CASTRO JR. **Guia da Cidadania: teoria, prática e legislação**. RJ: Lumem Júris, 1998, p.1.

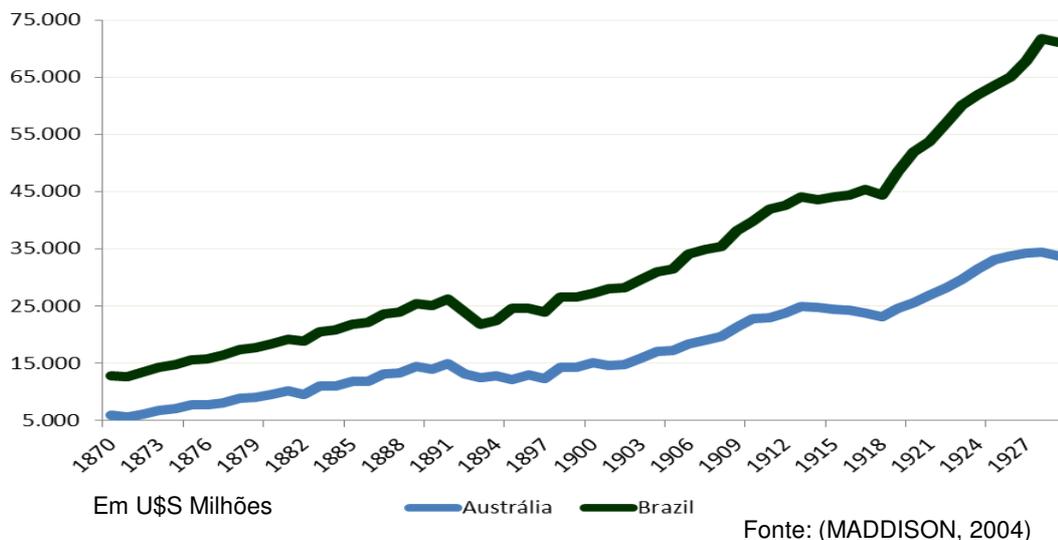
5 ANÁLISE COMPARATIVA DAS MATRIZES INSTITUCIONAIS

O início da colonização da Austrália e do Brasil é bastante semelhante. Tanto a Coroa Inglesa quanto a Coroa Portuguesa utilizaram os degredados para povoar as suas respectivas possessões ultramarinas. Os dois territórios recém-descobertos passaram a receber os criminosos que, excluídos ou banidos da sociedade em que viviam, transformaram-se em instrumentos da política de colonização.

A Austrália apresentou uma sucessão de efeitos de encadeamento positivo ao longo dos ciclos econômicos durante o período colonial. O mesmo efeito de encadeamento não pode ser observado no Brasil durante os ciclos econômicos coloniais. O setor cafeeiro foi o principal responsável por gerar um efeito de encadeamento positivo para a economia brasileira a partir de 1875 até por volta de 1945. Portanto, durante o período colonial, o Brasil não apresentou em seus ciclos econômicos o mesmo efeito positivo observado na Austrália.

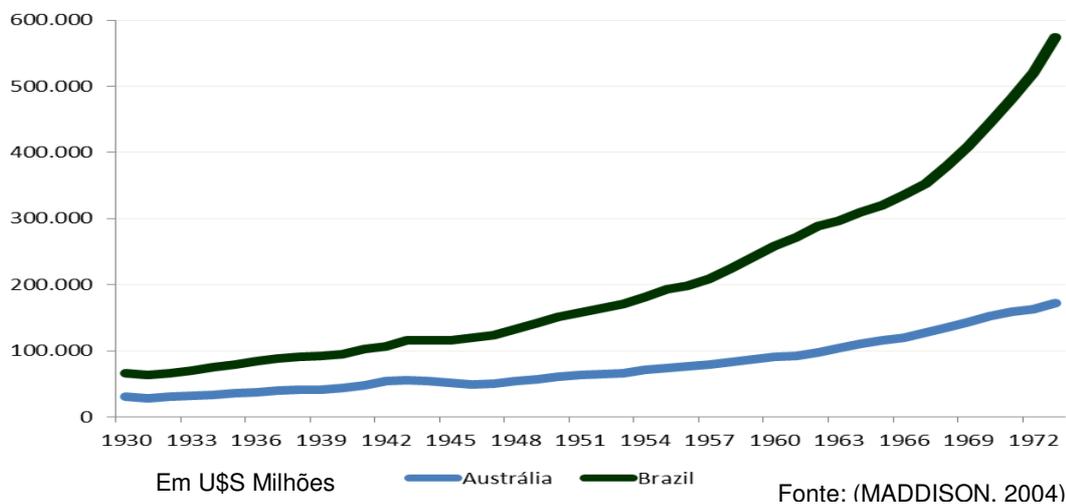
É possível analisar de acordo com o gráfico 5.1 que a economia brasileira mesmo não gerando a demanda interna necessária para a posterior expansão de outros setores durante a colonização, conseguiu aumentar a sua produção em termos quantitativos de forma semelhante à Austrália – mesmo com o *boom* financeiro apresentado pela Austrália a partir de 1871. Após a independência e a consolidação do setor cafeeiro o Brasil expande de forma acelerada a sua produção interna. A Austrália continua crescendo, mas não demonstra o mesmo aumento do PIB.

Gráfico 5.1: Crescimento do PIB Austrália X Brasil (1870 – 1929)



Após a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial, ambos os países voltam a sua economia “para dentro”, ou seja, inicia-se o processo de industrialização através do Modelo de Substituição de Importações. As políticas macroeconômicas adotadas visando diminuir o *quantum* de importações são semelhantes: controles de câmbio, cotas de importação e subsídios. A Austrália e o Brasil conseguem aumentar a participação do setor industrial e de serviços. Ainda que ambos os países tenham escolhido o mesmo modelo para se industrializar e adotado políticas econômicas parecidas, o Brasil obteve um bem sucesso superior à Austrália em produção interna, conforme o gráfico 5.2.

Gráfico 5.2: Crescimento do PIB Austrália X Brasil (1930 – 1973)



Desde o início do processo de colonização da Austrália e do Brasil, até a consolidação do Modelo de Substituição de Importação a economia brasileira obteve um crescimento econômico a taxas superiores se comparado à Austrália. Contudo, quando se analisa o desenvolvimento econômico através dos seus principais indicadores os resultados são discrepantes. O continente australiano obtém dados sociais considerados muito elevados, os mesmos não são apresentados pelo Brasil, conforme pode ser visualizado na tabela 5.1. A Austrália encontra-se na 2º posição em Índice de Desenvolvimento Humano, possuindo a 1º posição em Anos de Estudos Esperados.

Tabela 5.1: Indicadores do Desenvolvimento Socioeconômico da Austrália e do Brasil

Indicadores	Austrália	Brasil
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH 2010)	0,937 (2º posição)	0,699 (73º posição)
Esperança de Vida	81,2 anos (5º posição)	72,4 anos (92º posição)
Anos de Estudos Esperados	20,6 anos (1º posição)	13,8 anos (93º posição)
PIB per Capita (US\$)	35. 677 (13º posição)	10.296 (70º posição)
Coeficiente de GINI (2008)	Não Calculado	49,3

PNUD 2010

São doze anos que separam a data da Proclamação da República australiana e brasileira, após uma sequência de ciclos econômicos determinados por suas respectivas metrópoles. O Brasil, ainda que cresça em PIB, não criou as bases necessárias para se desenvolver paralelamente. A Austrália, ainda que não tenha crescido as mesmas taxas, criou as bases institucionais para que o aumento do PIB impactasse positivamente nos indicadores socioeconômicos.

Quais foram as diferenças na constituição das matrizes institucionais que forjaram discrepantes resultados socioeconômicos? O presente capítulo está estruturado com a finalidade de encontrar essa resposta, a partir da análise comparativa dos arranjos institucionais da Austrália e do Brasil. Estrutura:

- análise comparativa dos principais ciclos econômicos divididos em período colonial e pós-independência;
- análise comparativa dos arranjos institucionais desenvolvidos a partir desses ciclos.

5.1 COLONIZAÇÃO

5.1.1 CICLO DA MINERAÇÃO

O continente australiano começou a receber interesse por parte da Inglaterra somente quando ocorreu a descoberta do ouro – por volta de 1850, iniciando-se assim a colonização das terras do interior, chamado de “marcha para o Oeste”. No território brasileiro também havia minas de ouro, descobertas por volta de 1690. Importante destacar que o país forneceu a metade do ouro mundial durante o século XVIII.

Ambos os países possuíam semelhanças, como a questão da imigração, uma vez que o surto populacional em ambos ocorreu em consequência do ciclo da mineração. Contudo a diferença substancial do processo migratório está na diferença dos contingentes populacionais incentivados pelas respectivas coroas.

No caso brasileiro, com o advento da mineração, o trabalho escravo tornou-se o principal fundamento do nexos social da Coroa, sendo o volume do tráfico de escravos o maior do Novo Mundo. Diferentemente da imigração brasileira, a Austrália proibiu a entrada de imigrantes não brancos através de restrições judiciais. As leis restringindo os negros-imigrantes estavam baseadas na ideia de que eles seriam uma ameaça às condições de trabalho, pois eram mão-de-obra barata. Assim como barrou a entrada de chineses e outros povos que não fossem os ingleses em conformidade ao que eles designaram “*Australia's British Character*”.

Utilizando como referencial teórico a Nova Economia Institucional (NEI), principalmente as análises quanto à explicação das razões da diferença de desenvolvimento dos países, a questão da imigração pode ser considerada a raiz dessa diferença. As instituições informais foram se formando a partir das descobertas das minas e da necessidade de imigração. Conforme foi verificado, o Brasil possuía vantagens econômicas em decorrência do ciclo da cana-de-açúcar, e posteriormente por ter sido o grande exportador de ouro para o mundo, mas recorria à mão-de-obra escrava.

No continente australiano, entretanto, a população que existia era dos descendentes dos presos britânicos. Considerando-se a época em que a Austrália foi colonial penal, é possível concluir que os presos que chegaram ao continente já haviam presenciado a Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra a partir do século XVII. Esses degredados e seus descendentes, por serem frutos dessa revolução, conheciam as lutas entre empregados e empregadores. Dessa forma, a cultura e as instituições informais que foram se criando ao longo do período possuíam como base referencial a luta dos trabalhadores pelos seus direitos - a não aceitação, por exemplo, da lei *do Master and Servent*.

No Brasil as instituições informais, formadas a partir da utilização abundante da mão-de-obra escrava, prejudicaram a criação de uma classe de trabalhadores conscientes de seus direitos. Em contraste com o que ocorreu na Austrália, os trabalhadores brasileiros ainda não possuíam modelos mentais que reforçavam a união organizada em prol de objetivos em comum.

A partir de 1888, com a abolição da escravatura, há mais um fator crucial na formação das instituições informais: o sentimento de cordialidade entre brancos e negros:

“a sociedade que emerge após a abolição será então dotada de uma vitalidade interna que deriva em grande parte de termos temperado a herança do passado colonial escravista, com as características próprias da nossa nacionalidade, em particular deriva da facilidade com que aqui a condição odiosa da escravidão foi atenuada pela forma relativamente benigna como senhores e escravos coexistiram”. (BUENO, 2004, pg. 19)

É possível destacar dois pontos cruciais, de acordo a NEI, que contribuíram para a formação dos alicerces das instituições informais durante o período de colonização: diferentes modelos mentais, atrelados aos conflitos de classes sociais.

Os modelos mentais australianos basearam-se na herança dos degredados ingleses participantes da Revolução Industrial, que haviam desenvolvido uma consciência e uma forma de se organizar em sindicatos. Os trabalhadores australianos foram criando arranjos institucionais que visavam principalmente manter a sua influência política, a não entrada de outros povos no continente, e os salários altos (devido à escassez permanente de mão-de-obra). O fato de no período colonial ter havido quase que somente a entrada de ingleses permitiu ainda uma maior união entre a classe trabalhadora, pois falavam a mesma língua.

A Austrália foi conseguindo desenvolver durante o seu período colonial uma cultura baseada em modelos mentais conscientes, principalmente da classe trabalhadora. Devido à existência da organização sindical anterior, mesmo a independência do país, é possível inferir que ocorreram constantes conflitos entre os empregados e empregadores. De acordo com Shirley (2004) a ocorrência dos conflitos de interesses entre as classes antagônicas é importante para o equilíbrio das forças políticas. Assim as matrizes institucionais australianas foram criadas na tentativa de obter um ambiente favorável para o desenvolvimento econômico a partir da busca do equilíbrio das diferentes classes presentes na sociedade mineradora.

Segundo Bueno (2004) os modelos mentais que se formaram na sociedade brasileira após a abolição da escravatura continuaram mantendo a cordialidade sobre as diferenças culturais, não havendo assim grandes conflitos de classes antagônicas, e, portanto, não ocorrendo o equilíbrio das classes no período colonial. Esses modelos mentais, privilegiando a cordialidade, mitigavam a existência de conflitos, sendo assim os negros não eram instigados a se unir e lutar por igualdade mesmo depois da abolição da escravatura.

Outra diferença nos processos de colonização determinados pelas Coroas Portuguesas e Inglesas foi decorrente dos mecanismos de valorização das colônias após a descoberta da mineração. Para o Brasil, ocorreu um maior controle por parte de Portugal, como a própria estrutura de transportes que permaneceu rudimentar, para facilitar o controle do contrabando. Outra característica relevante refere-se ao fato que, quanto mais a colônia brasileira se especializava na produção de matérias primas, mais a metrópole portuguesa aumentava as leis proibindo o desenvolvimento autônomo da colônia. Portugal somente permitia o crescimento das atividades ligadas ao comércio internacional.

O processo de colonização orientado pela Coroa Inglesa também foi o modelo de crescimento conduzido para as exportações de bens primários – carne, trigo e lã. A dependência externa da Austrália com a Inglaterra pode ser medida através da quantidade de produtos exportados e importados somente com a metrópole inglesa, cerca de 60% conforme ficou evidenciado na tabela 2.2.

Analisando-se as estruturas institucionais que foram criadas após a descoberta do ouro, a Austrália possui um ponto importante da diferenciação que

consistiu na “estratégia de desenvolvimento” - criada para financiar a infraestrutura necessária para o escoamento da produção aurífera e dos produtos cultivados a partir de 1860. A estratégia consistia em ampliar a infraestrutura através da parceria público e privada. Em contraste ao que ocorreu no Brasil, onde a infraestrutura ficou a cargo da Coroa Portuguesa.

Assim, é possível observar que as matrizes institucionais australianas que foram se desenvolvendo a partir da mineração, eram parcerias entre o Governo e o setor privado. O Governo Colonial possuía, assim, o papel de coordenar os investimentos privados, a fim de criar infraestrutura que incentivasse o desenvolvimento econômico sem privilegiar apenas um setor produtivo.

No caso brasileiro, a formação das matrizes iniciais demonstra intuitivamente que os investimentos necessários, nesse caso de infraestrutura, deveriam ser fornecidos pelo Estado, MetrÓpole, ou seja, não cabia ao setor privado as obras necessárias. Essa falta de parceria entre o governo e o setor é uma das causas da menor eficiência dos arranjos institucionais brasileiros. As elites agrárias delegavam a construção das obras necessárias para o Governo Colonial, uma vez que influenciavam a política a seu favor.

O Brasil, por desenvolver-se economicamente a partir da expansão dos ciclos de monocultura – pau-brasil, cana-de-açúcar e posteriormente café – criou instituições tanto formais quanto informais, as quais se curvavam ao poder da elite agroexportadora. Esse controle da elite agrária nas decisões políticas aumentará o seu alcance no ciclo do café (pós 1875) até meados da década de 1930, quando terá início o Processo de Substituição de Importações.

O que existiu no período colonial até 1930 foi o setor agrário exportador criando os arranjos institucionais necessários para o seu desenvolvimento baseado na sua influência política. Portanto, as desigualdades sociais tendem a crescer em ambientes institucionais marcados pela submissão do Governo a uma única classe social. Sendo assim, diferentemente da parceria institucional que ocorreu na Austrália, no Brasil existiu uma submissão e utilização do público para beneficiar os interesses de uma única classe privada produtiva.

A forma de organização da terra também possui discrepâncias entre os dois países. No Brasil havia a concentração de terras, o cultivo era feito em grandes

propriedades – o latifúndio. Já na Austrália, desde o período inicial, a terra também era propriedade da coroa, contudo a sua comercialização era feita em pequenos lotes. Como consequência, não ocorreu a predominância de uma determinada classe de latifundiários.

Em 1861 foi declarado o *Crown Land Act* no continente australiano – na prática significou uma desapropriação das terras a seu favor. O *Lands Act* pode ser comparado à política adotada pela Inglaterra no período anterior a Revolução Industrial: os cercamentos. As reformas na ocupação da terra aumentou o poder da classe produtora de lã, uma vez que, para se obter a propriedades recém-desapropriadas era necessário comprá-las. Assim, muitos camponeses não possuíam a quantia suficiente para adquirir as terras, tornando-se assim mão-de-obra assalariada.

Enquanto a colônia brasileira já havia abastecido o comércio mundial com açúcar e posteriormente com ouro, mas não conseguia criar as bases para um desenvolvimento autônomo, a Austrália apresentou o efeito de encadeamento durante o período de mineração. A conclusão funda-se em sua própria consequência, a expansão da produção aurífera proporcionou o desenvolvimento de uma nova classe social poderosa produtora de lã, a qual foi a grande beneficiada após o *Land's Act*.

Esse efeito de encadeamento positivo exemplifica a eficiência dos arranjos institucionais que foram criados a partir da mineração, e que irá culminar no *boom* econômico no final da década de 1880-90. O elevado crescimento econômico ocorreu devido à securitização dos fundos ligados a terra e, posteriormente, a grande especulação dos fundos estrangeiros. O país obteve assim a maior renda per capita do mundo durante o século XIX.

Contudo a expansão econômica, seguida pela grave crise bancária que assolou o país, foi um dos determinantes para intensificar as reuniões entre os governos coloniais a fim de encontrar um consenso político, econômico e social para atingir independência do continente australiano.

5.2 INDEPENDÊNCIA

Durante o período que antecedeu a independência australiana, não existia muito apoio popular. Esse apoio começou a surgir a partir da década de 1890, com a crise econômica. A independência australiana foi pacífica, o que ocorreu, entretanto, foi que as colônias menores tinham receios em formar uma federação devido a chances de serem enfraquecidas economicamente. Após certos números de convenções entre os territórios, o país declarou a sua independência em janeiro de 1901.

A Austrália, possuindo instituições políticas fortes em seus territórios, conseguiu convergir para uma federação que buscava a união econômica, atrelada a autonomia dos Estados e Territórios frente ao Governo Federal. A partir da independência o país eliminou as barreiras comerciais existentes entre os territórios, mas permaneceu com as políticas tarifárias para a importação que vigorava desde o período anterior - a administração colonial protegia o seu setor industrial infante, através de tarifas protecionistas de 10% em 1866, passando para 30 a 40% após 1877.

No Brasil, a proclamação da República foi em 1889, resultado de um movimento que vinha crescendo, fortalecido pela abolição da escravatura (1888) e pela adesão do Exército. A proclamação conseguiu unir duas forças políticas antagônicas, os fazendeiros de café e os integrantes do Exército.

O federalismo brasileiro concedeu uma ampla autonomia aos estados, que possuíam a sua própria constituição – desde que não contrariasse a Constituição Federal. A liberdade dos estados englobava tanto a criação de suas próprias forças militares, como também era permitido que fizessem empréstimos no exterior diretamente e podendo decretar impostos.

Abrucio (2000) salienta que a república brasileira não só nasceu colada ao ideal de Federação, como a ele foi subordinada. O Brasil, em oposição à maioria dos outros países que encontravam no federalismo uma união estatal em prol dos objetivos comuns, no caso brasileiro estava baseado na descentralização do poder. Sendo assim, a configuração das instituições formais da Primeira República permitiu ainda mais o fortalecimento do poder regional-oligárquico, onde os estados mais

populosos e fortes economicamente garantiam o controle político e econômico do país. Tratava-se de uma relação hierarquizada, onde São Paulo e Minas Gerais (sendo regiões de produção cafeeira) asseguravam uma posição hegemônica sobre os demais estados.

As instituições formais que compunham o sistema federativo brasileiro refletiam a desigualdade econômica dos estados. Assim, é possível considerar a supremacia econômica das elites agrárias produzindo o *enforcement* dentro do sistema político. As medidas utilizadas para a valorização do café – por exemplo, o Convênio de Taubaté (1906) – demonstra o efeito do *enforcement* que a elite cafeeira produzia dentro das instituições.

A subordinação do Estado frente aos interesses de uma elite é outro ponto chave que explica a pouca eficiência das matrizes institucionais brasileiras. O Governo não possuía o poder suficiente para decidir as melhores estratégias de crescimento, nem o mercado assim o faz, pois tanto a política quanto a economia são dependentes de uma única elite agrária exportadora. Com base na análise de Shirley (2004), o Estado brasileiro criado pós-independência era fraco, devido a sua constante subordinação frente aos interesses da elite cafeeira.

A Austrália, contudo, conseguiu criar imediatamente após a independência um Governo que concedia liberdades aos estados e território sem diminuir o seu poder político. Coordenava assim as diretrizes através do seu arranjo institucional buscando uma maior eficiência econômica. Uma das causas para atingir a criação de um Estado eficiente para o período, pode ser decorrente do equilíbrio de forças das classes sociais que ocorreu desde a produção mineradora. O primeiro partido, que governou o país depois do período colonial, era atrelado à classe trabalhadora. Isso acarretou em grandes diferenças entre os arranjos institucionais australianos criados a partir da implantação do pacto federativo, em contraste com outros países, inclusive o Brasil.

A classe trabalhadora, assumindo o poder político desde cedo, permitiu a construção de instituições que garantissem o crescimento econômico junto ao desenvolvimento social, sendo assim, o país conseguiu expandir a sua produção, mantendo ao mesmo tempo o equilíbrio das diferentes classes sociais. Diferentemente do Brasil, cujo aumento da sua produção beneficiou principalmente

uma única classe social e obteve êxito em subordinar o arranjo institucional a seu favor.

A expansão da economia cafeeira a partir de 1875 foi grande o suficiente para oferecer aos empresários brasileiros condições excepcionais de controle da oferta mundial de café – três quartos do café comercializado no mundo era produzido em território nacional⁵⁹. A exportação de café foi responsável por gerar divisas necessárias às importações do país, por empregar direta ou indiretamente a grande maioria dos assalariados do país, pela arrecadação fiscal que se originava dos tributos cobrados sobre a importação, que dependia da renda gerada das exportações de café.

De acordo com Mello (1982), a produção cafeeira era responsável pelo desenvolvimento do setor agrário, também o industrial e o mercantil, uma vez que culminou na criação de outras atividades: casas de importação e exportação, financeiras (bancos) e serviços de transportes. O efeito de encadeamento que a Austrália conseguiu produzir durante a expansão aurífera pode ser comparado ao encadeamento positivo que o Brasil obteve com a expansão do setor cafeeiro, pois o último era o maior responsável pelo crescimento do comércio – devido à utilização da mão-de-obra assalariada.

O alargamento do efeito positivo de encadeamento funda-se na utilização de assalariados no campo e na cidade, possibilitando assim um desenvolvimento do mercado interno, que estimulava a produção manufatureira e industrial. Contudo os arranjos institucionais do período eram criados na tentativa de manter o poder da classe agrário exportadora, dificultando assim um desenvolvimento autônomo das novas atividades.

As consequências dessas matrizes institucionais têm aspectos positivos e negativos. Se análise feita for a partir do efeito de encadeamento, ela será positiva, pois influenciou o aumento da demanda interna. Entretanto o seu efeito positivo dentro da criação das instituições formais e informais é mitigado pela subordinação que promoveu dentro da política brasileira.

⁵⁹ (FURTADO, 1987)

5.2.1 INDUSTRIALIZAÇÃO

Nos anos de 1930 ambos os países passaram por uma mudança econômica e institucional de grandes dimensões. Pode ser destacada principalmente a virada

“para dentro” da produção, com o crescimento da participação do setor industrial e do setor de serviços. No Brasil, ocorrem mudanças na relação de poder do Governo, reduzindo o poder dos estados, centralizado na esfera federal, assim como a própria ideologia baseada na concepção do papel do Estado na economia⁶⁰.

A década de 1930 é considerada o ponto de inflexão que ocorreu nas taxas de crescimento da indústria a partir da Grande Depressão (1929), possibilitando uma transformação na dinâmica da economia da Austrália e do Brasil. O crescimento econômico deixou de ser atrelado somente ao setor primário – mineração e agricultura - para a produção industrial, voltada a suprir a necessidade de bens do mercado interno, ou seja, diminuir a dependência externa dos produtos manufaturados.

A Depressão de 1929 impactou fortemente nas duas economias, sobretudo nos setores dinâmicos ligados à mineração e à agroexportação. A capacidade de importar diminuiu em decorrência do valor das quedas de exportação, tornando-se mais caro continuar mantendo os mesmos níveis de importação. A Austrália sofreu ainda com a falta de produtos “vitais” no mercado.

Assim, devido ao impacto da crise de 1929, os dois países voltaram-se “para dentro”, criando mecanismos para desenvolver as suas plantas industriais. Os dois países utilizaram políticas econômicas semelhantes: o Processo de Substituição de Importações. A partir do final da década de 1930 as intervenções do Estado na economia foram aprofundadas. Ambos os governos utilizaram a manipulação de incentivos, tais como: controles de câmbio, cotas de importação, controles de créditos, subsídios e também intervenções diretas através do aumento dos investimentos públicos.

Portanto os mecanismos adotados pelos governos australiano e brasileiro foram muito parecidos, havendo uma convergência no âmbito econômico, com os dois países conseguindo desenvolver as suas matrizes industriais, utilizando as

⁶⁰ (SHERER, 2007).

políticas macroeconômicas: manipulação do câmbio e licenciamento de importações - também semelhantes. Entretanto, considerando a base teórica da Nova Economia Institucional, é necessário analisar a consequências que esse novo modelo acarretou nas matizes institucionais.

O Governo australiano – não possuindo mão-de-obra qualificada suficiente dentro do território – precisou incentivar o processo de migração de trabalhadores qualificados, os quais eram instruídos a gerenciar as novas empresas criadas. Esse é um ponto importante, que influenciará num período posterior, a criação de instituições voltadas a qualificar a população para o mercado de trabalho. O país passará a investir constantemente em educação, de forma que, em 2002, atingiu a mesma proporção dos gastos em educação da média dos países membros da OCDE.

Outro ponto a ser discutido refere-se à quantidade de subsídios que o Governo australiano precisou utilizar para incentivar a industrialização e conseqüentemente a tornou pouco eficiente. Quando os déficits do Governo se tornaram insustentáveis o país precisou alterar as políticas adotadas, diminuindo assim os subsídios e as tarifas protecionistas. Como resultado, muitas indústrias faliram, pois não conseguiram sobreviver sem a ajuda do governo. O setor secundário sobrevivia atrelado ao protecionismo. O setor têxtil, entretanto, era forte e eficiente conseguindo crescer após o fim do intervencionismo do Estado. O continente australiano, através do investimento em educação, tornou possível a ampliação do setor terciário e, posteriormente, a revolução tecnológica.

A Austrália já possuía um Estado com poder moderado desde a independência, aumentando o seu papel após a crise de 1929, quando foi necessário industrializar o país. Posteriormente, a partir de 1973, o papel do Estado é novamente mitigado, uma vez que se tornou insustentável desenvolver a economia ampliando os gastos públicos. Contudo o arranjo institucional eficiente que estimulava o crescimento econômico já estava constituído.

No caso brasileiro, ocorreu uma grande alteração no poder do Estado. Para alcançar o objetivo de industrializar o país foi necessário criar um Estado forte e interventor, centralizando o poder no Governo Federal. Até meados da década de 1930 o setor agrário exportador dominava as instituições políticas. Sendo assim, as

mudanças institucionais que ocorreram no país podem ser consideradas como um ponto de inflexão no papel do Governo. Essa alteração no poder do Estado foi causada devido ao apoio que o Governo Federal buscou, através de concessões à classe agrária – como o auxílio aos produtores de café e a criação de institutos que estimulavam as outras culturas. Paralelamente houve concessões também à classe trabalhadora que passaram a contar com uma nova estrutura de direitos e proteção social.

Na análise comparativa entre Austrália e Brasil, seguindo a teoria da NEI, esse é um ponto crucial para se entender a desigualdade que ocorre no desenvolvimento econômico desses países. Foi durante esse período, pós 1930, que ocorreu uma ampla transformação nas regras relacionadas ao trabalho no Brasil, com o Estado intervindo diretamente nas relações trabalhistas. O Governo passou a ter maior controle sobre os trabalhadores em decorrência da criação de uma ampla estrutura institucional, por meio de uma legislação trabalhista: a CLT.

Em oposição ao que ocorreu na Austrália, que desde o período de mineração os trabalhadores havia se organizado de forma eficiente e autônoma, no Brasil, o movimento sindical cresce subordinado ao poder do Estado. É possível inferir com base na NEI, mais especificamente através das análises de Shirley (2004), que a falta de uma classe trabalhadora organizada e com reais poderes políticos, refletiu no desenvolvimento com menor igualdade social. Não ocorreu no Brasil, portanto, o equilíbrio de forças sociais, pois não existiu uma organização de trabalhadores politicamente forte para que ocorressem os conflitos necessários para o crescimento em paralelo ao desenvolvimento econômico.

O Estado, que durante o período pós-independência era considerado fraco devido à subordinação perante os cafeicultores, após 1930, com o Governo de Vargas, se tornará autoritário e intervencionista. Assim o Estado foi o principal responsável pela formação do setor secundário na economia. Em contraste ao que ocorreu no continente australiano, que o Governo foi diminuindo a sua intervenção após 1973, o Brasil ampliou o intervencionismo estatal com o II PND até 1985.

5.3 POLÍTICA

São 12 anos que separam a data da Proclamação da República dos dois países. A Austrália, diferentemente do Brasil, optou por um regime de monarquia parlamentarista e até hoje vigora a primeira constituição. Ainda que a Austrália seja uma nação independente, a Rainha da Grã-Bretanha é também a Rainha da Austrália, sendo responsável por nomear o governador-geral para representá-la politicamente. O continente australiano se investe do pluripartidarismo, com 4 partidos constituintes que são bem definidos ideologicamente.

O Brasil, desde a sua colonização, teve sete constituições diferentes, sendo quatro outorgadas⁶¹. Essa quantidade de constituições diferentes do país demonstra a instabilidade política que o Brasil viveu após a Proclamação da Independência em 1822. O Brasil, comparativamente com o mundo, é o país que possui o sistema partidário com maior fragmentação.

Esse multipartidarismo dificulta a institucionalização de um sistema partidário, pois se faz necessário a utilização de alianças entre partidos políticos, muita vezes ideologicamente diferentes entre si. O Brasil, em oposição à Austrália e à maioria dos países, não possui partidos políticos com contornos claramente definidos.

5.4 SISTEMA JURÍDICO

O sistema jurídico brasileiro é de origem romano-germânica, o *Civil Law*. O sistema herdado pelo Brasil é decorrente de uma relação centralizadora e autoritária por parte da Coroa portuguesa. Segundo Castro (2002) é consenso na ciência do direito que o sistema *Civil Law*, por ter a sua fonte na Lei, é mais lento se comparado ao *Common Law*.

Já o sistema jurídico australiano é de origem anglo-saxônica, o *Common Law*. Esse sistema funda-se no precedente jurisprudencial, na liberdade individual e na

⁶¹ Constituições (ESCREVER SOBRE)

defesa do direito de propriedade, o que proporciona maior previsibilidade e segurança jurídica aos agentes econômicos⁶².

Comparando-se os dois sistemas judiciários, o *Common Law* e o *Civil Law*, é possível verificar que o primeiro, sendo baseado na jurisprudência, é considerado mais eficiente, devido principalmente a sua rapidez no julgamento. Por outro lado, o *Civil Law*, exatamente pela sua rigidez, é considerado mais lento, contudo pode oferecer maior segurança e garantia jurídica. Outro fator relevante é que o sistema legal baseado no *Common Law* é mais eficiente em garantir os direitos individuais de propriedade e dos contratos privados.

⁶² CASTRO JR. CASTRO Jr. Osvaldo Agripini. **Teoria e prática do direito comparado e desenvolvimento**: Estados Unidos X Brasil. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002, p. 22-23.

6 CONCLUSÃO

Os diferentes padrões de desenvolvimento dos países cada vez mais são analisados de uma forma multidisciplinar na tentativa de encontrar as razões dessas discrepâncias ao longo do tempo.

Neste estudo compararam-se as matrizes institucionais que forjaram resultados discrepantes no desenvolvimento econômico da Austrália e do Brasil, sendo que a Austrália, um país que obteve sua independência há apenas 109 anos, possui instituições eficientes e com alto nível de resultado socioeconômico.

Na tentativa de encontrar as origens dessa maior eficiência foi utilizado como referencial teórico a Nova Economia Institucional, pois essa teoria analisa os diferentes padrões de desenvolvimento dos países através da evolução das suas instituições.

Após a análise comparativa da evolução das matrizes institucionais dos dois países, desde o período colonial até o primeiro choque do petróleo (1973), foram encontradas cinco causas principais que podem explicar as discrepâncias no desenvolvimento econômico.

A primeira razão refere-se à imigração, pois determinou a formação dos diferentes modelos mentais. No continente australiano a população que existia era dos descendentes dos presos britânicos que já haviam presenciado a Revolução Industrial, podendo ser considerados como os frutos dessa revolução, conheciam assim as lutas entre empregados e empregadores. A cultura e as instituições informais que foram se formando ao longo do período possuíam como referência o movimento social dos trabalhadores. No Brasil, como se utilizava a mão-de-obra escrava, vinda de países africanos, não possibilitou o mesmo processo de criação de modelos mentais mais conscientes e reivindicatórios.

Esses movimentos sociais presentes na Austrália culminaram em uma organização sindical anterior mesmo a sua independência. De acordo com Shirley (2005) a ocorrência dos conflitos de interesses entre as classes antagônicas é importante para o equilíbrio das forças políticas. O Brasil, até o período analisado nesse trabalho, não constituiu um movimento social forte e organizado que conseguisse influenciar de maneira significativa do arranjo institucional a seu favor.

A segunda causa encontrada funda-se na análise das estruturas institucionais que foram criadas após a descoberta do ouro em ambos os países. A Austrália possui um ponto importante de diferenciação: a “estratégia de desenvolvimento”, que consistia em ampliar a infraestrutura através da parceria público e privada. O Governo Colonial coordenava os investimentos privados, não privilegiando apenas um setor produtivo. O que existiu no período colonial brasileiro, até 1930, foi o setor agrário exportador criando os arranjos institucionais necessários para o seu desenvolvimento baseado na sua influência político-econômica. Portanto, as desigualdades sociais tendem a crescer em ambientes institucionais marcados pela submissão do Governo a uma única classe social dominante.

A terceira causa refere-se ao efeito de encadeamento positivo, a colônia brasileira já havia sido a principal responsável pelo abastecimento do comércio mundial com açúcar e ouro até o final do século XVIII, mas não conseguia criar as bases para um desenvolvimento autônomo. A Austrália apresentou o efeito de encadeamento durante o período de mineração por volta de 1820. De acordo com Shirley (2005), no Brasil pode ter ocorrido o “*reversal of fortune*”, uma vez que a riqueza gerada pela agricultura extensiva e pela mineração estimulava a ascensão de uma elite local, que subordinava o arranjo institucional a seu favor.

O quarto ponto que explica também as disparidades é referente ao período logo após a independência de cada um, onde a Austrália conseguiu criar rapidamente uma estrutura de governança que concedeu liberdade aos Estados e Território sem diminuir o seu poder político – podendo o Estado australiano ser considerado com nível de poder moderado. A classe trabalhadora assumindo o poder político desde cedo, permitiu a construção de instituições que garantissem o crescimento econômico em paralelo ao desenvolvimento social. Assim, a matriz institucional australiana, influenciada pelos movimentos sociais, não permitiu o surgimento de grandes desigualdades econômicas e sociais. Diferentemente do que ocorreu nas instituições brasileiras, que foram alicerçadas na subordinação do Estado frente a uma elite ligada ao setor agro exportador, o que fomentou o incremento das disparidades socioeconômicas.

A quinta origem é determinada a partir do início da industrialização. Nos anos de 1930 ambos os países passaram por uma mudança econômica e institucional de

grandes dimensões, ocorrendo à virada “para dentro”⁶³ da produção, com o crescimento da participação do setor industrial e de serviços. Os dois Estados aumentaram o seu intervencionismo na economia para criar as bases da industrialização, através do Modelo de Substituição de Importações. Ambos os países obtiveram êxito, diminuindo o coeficiente de importação dos bens manufaturados.

Considerando-se a análise comparativa entre Austrália e Brasil esse é um ponto crucial para se entender a desigualdade que ocorre no desenvolvimento econômico. Durante o período pós 1930, em paralelo com o crescimento da industrialização, existiu no Brasil uma ampla transformação nas regras relacionadas ao trabalho, com o Estado intervindo diretamente nas relações trabalhistas, através da criação de uma ampla estrutura institucional, por meio de uma legislação trabalhista. Contrastando com a Austrália, que desde o período de mineração, os trabalhadores já haviam se organizado de forma eficiente e autônoma.

No Brasil, quando o movimento trabalhista começa a crescer e ganhar força concomitantemente está subordinando ao poder do Estado. É possível concluir com base nas análises de Shirley (2005), que a falta de uma classe social organizada e com real representatividade no poder político, refletiu no desenvolvimento socioeconômico brasileiro com menor igualdade. Não ocorreu, portanto, até o período analisado nesse trabalho, o equilíbrio de forças sociais - uma vez que não existiu uma organização de trabalhadores politicamente forte, capaz de gerar os conflitos necessários para o crescimento em paralelo ao desenvolvimento econômico.

Finalmente, a primeira causa encontrada é o cerne dos diferentes desenvolvimentos econômicos. Foi a existência de modelos mentais conscientes que permitiu aos trabalhadores australianos influenciar na criação das matrizes institucionais necessárias para a manutenção de seu poder político, e, conseqüentemente, um maior desenvolvimento socioeconômico.

⁶³ (SHERER, 2009).

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Gordon; QUINLAN, Michael. **The Changing Role of the State: Regulating Work in Australia and New Zealand 1788–2007** . Ano 2009. Disponível em: <http://www.historycooperative.org/journals/lab/95/anderson.html>. Acesso em: 8 set 2010.
- ARTHUR, Brian. **Competing Technologies, Increasing Returns, and Lock-in by Historical Small Events**. The Economic Journal. p. 116-131, March, 1999. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2234208>. Acesso em: 15 maio de 2010.
- ACTU, About Trade Unions**. Disponível em: <http://www.actu.org.au/About/Tradeunions/default.aspx>. Acesso em: 5 set.2010
- AGUILAR, Hélio, A. **O Institucionalismo de Douglass North e as Interpretações Weberianas do Atraso Brasileiro**. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Economia. UFRGS, RS, 2009.
- AREND, Marcelo; Cário, A. F. Sílvio. **Path dependence, Lock-in, Catching-up, Embeddedness e Desequilíbrio na Trajetória de Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Sul no Século XX..** Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A125.pdf>. Acesso em: 06 jun. de 2010
- Australia Explaining HDI value and rank changes in Human Development Report 2010**. Disponível em: <http://hdrstats.undp.org/images/explanations/AUS.pdf>. Acesso em: 10 nov 2010.
- Australian Government**. Disponível em: <http://www.dfat.gov.au/index.html>. Acesso em: 7 jun de 2010.
- AZEVEDO, André. O Efeito do Mercosul sobre o Comércio: uma análise do modelo gravitacional. **Pesquisa e Planejamento Econômico - ppe**, v.34, n.2 , p. 317 - 340, 2004. Disponível em: <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/pppe/article/viewFile/71/45>. Acesso em: 11 out. de 2010
- BAER, W. **A Economia Brasileira**. Editora Nobel, 2º Edição, revista, ampliada e atualizada. São Paulo, 2007.
- BENHAM, Alexandra; BENHAM, Lee. "The Costs of Exchange". **Ronal Coase Institute, Working Papers Series**, Number 1, July 2001. Disponível em:

<http://www.coase.org/workingpapers/wp-1.pdf>. Acesso: 9 maio de 2010.

BUENO, P. Newton. Possíveis contribuições da nova economia institucional à pesquisa em história econômica brasileira: uma releitura das três obras clássicas sobre o período colonial. **Estudos Econômicos**, vol.34 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-41612004000400005&script=sci_arttext&tlng=en. Acesso em: 19 out. 2010.

BUTLIN, N. G. “**Colonial socialism in Australia, 1860-1900**” in Aitken, H. G. J. (org) *The State and economic growth. Papers of a Conference Held on October 11-13, under the Auspices of the Committee on Economic Growth*, 1956.

CAMPBELL, Iain. "Long Working Hours in Australia: Time Regulation and Employer Pressures". **CASR Working Papers**, number 2005 - 2, July 2005. Disponível em: <http://mams.rmit.edu.au/idugmq0rktcxz.pdf>. Acesso em: 2 set 2010.

CARDOSO, Fernanda. A Economia Brasileira em Marcha Forçada: uma apreciação sobre a interpretação clássica do II PND. **Informações FIFE**, p. 20 - 23, 2009. Disponível: http://www.fife.org.br/publicacoes/downloads/bif/2009/10_20-23-fern.pdf. Acesso: 5 out de 2010.

CASTEAL, Y. S. Eva; PORCILELL, Gabriel. Estrutura das exportações e crescimento econômico: uma análise empírica, 1985-2003. **Economia e Sociedade**, vol.19 no.2 Campinas Aug. 2010.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182010000200004&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 2 set de 2010.

CASTRO, J.R . **Guia da Cidadania: teoria, prática e legislação**. RJ: Lumem Júris, 1998, p.1.

COLLINS, Jock. Empresários imigrantes na Austrália: Regulação e Respostas Institucionais. **Revista Migrações** - Número Temático -Empreendedorismo Imigrante, Outubro 2008, n.º 3, Lisboa: ACIDI, pp. 51-63. Disponível em: http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Revista_3/Migr3_Sec1_Art2_PT.pdf. Acesso em: 21 set de 2010.

CONCEIÇÃO, O. Augusto. O CONCEITO DE INSTITUIÇÃO NAS MODERNAS ABORDAGENS INSTITUCIONALISTAS. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, p 119-146. Jul - Dez 2002. Disponível em:

http://www.ie.ufrj.br/revista/pdfs/o_conceito_de_instituicao_nas_modernas_abordagens_institucionalistas.pdf. Acesso: 10 maio de 2010.

COUTINHO, C. Maurício. Economia de Minas e economia da mineração em Celso Furtado. **Nova Economia**, Belo Horizonte, p. 361-378. Setembro - Dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/neco/v18n3/a02v18n3.pdf>. Acesso em: 7 out de 2010.

DONG YOON, Taek. **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COMPARADO: CORÉIA DO SUL E BRASIL**. (Tese de Doutorado). UFRGS, 1999.

DOON, D.; MEIN-SMITH, P. "**The History of Australia, New Zeland and Pacif**". Blackwell Publishing, Melbourne, 2000.

FARIA, Ana Maria. JUDICIÁRIO & ECONOMIA EQUALIZAÇÃO DESEJADA E NECESSÁRIA. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**. 2007. Disponível em: <http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/viewFile/86/75>. Acesso em: 25 ago de 2010.

FERRARI, F. Fernando; CONCEIÇÃO, A. Ausgusto. NOÇÃO DE INCERTEZA NOS PÓS-KEYNESIANOS E INSTITUCIONALISTAS: UMA CONCILIAÇÃO POSSÍVEL? **ANPEC, 2001**. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200101324.pdf>. Acesso em: 5 maio de 2010.

FIORI, J. L. **De volta à questão da riqueza de algumas nações**. Editora Vozes, Petrópolis, 1999.

_____. J. L. **Formação, Expansão e Lmites do Poder Global Americano**. Editora Vozes, Petrópolis, 2004.

FONSECA, C.D. Pedro. **Economia & Conflitos Políticos na República Velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A125.pdf>. Acesso em 08 de jun. de 2010.

_____. C.D. Pedro. O Brasil Meridional na Formação Econômica do Brasil. Publicado em: Coelho, Francisco da Silva e Granziera, Rui Guilherme (org.). **Celso Furtado e a Formação Econômica do Brasil**. São Paulo, Atlas, 2009. p. 116-125. Disponível em:

<http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/brasil->

meridional.pdf. Acesso em: 29 set. 2010.

FURTADO, C. **A economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII**. São Paulo, ABPHE, 2000.

HODGSON, G. M. The return of institutional economics. In Smelser, N. J. & Swedberg, R., editors, **The Handbook of Economic Sociology**. Princeton University Press, Princeton & Russel Sage Foundation, New York, 1994.

HOLLOWAY, H. Thomas In: **The Brazilian coffee valorization of 1906: Regional politics and economic dependence**. Madison: Sociedade Histórica Estadual de Wisconsin para o Departamento de História da Univesidade de Wisconsin, 1975, p. 5.

KHAIR, Amir; ARAÚJO, Érika; AFONSO, J. Roberto. **Carga Tributária: Mensuração no Impacto sobre o Crescimento**. Disponível em:

http://www.mbafaap.org/revista_faap/rel_internacionais/pdf/revista_economia_07.pdf#page=27. Acesso em: 20 out. 2010

KINZO, A. Maria. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.19 no.54 São Paulo Feb. 2004. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092004000100002&script=sci_arttext&tlng=es)

[69092004000100002&script=sci_arttext&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092004000100002&script=sci_arttext&tlng=es). Acesso em: 20 ago de 2010.

LEWIS, A. **The theory of economic growth**. London : Allen & Unwin, 1954.

LIVI-BACCI, M.L. "500 anni di demografia brasiliana: una rassegna",

RevistaPopolazione e Storia, n. 1, 2001, p. 13-34. traduzido por BASSANESI, S.

Maria publicada em: **Revista Brasileira de Estudos de População, v.19, n.1,**

jan./jun. 2002. Disponível em:

http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol19_n1_2002/vol19_n1_2002_8pontodevista_141_159.pdf. Acesso em: 3 jun de 2010.

MADDISON, A. **Monitoring the World Economy 1820-1992**, Paris,OECD, 1998.

_____ A. **The World Economy: Historical Statistics**. Paris,OECD, 2004.

MARCÍLIO, Maria Luiza. "A população do Brasil colonial". In: Bethell, Leslie (org.).

História da América Latina. Vol. 2: América Latina Colonial. São Paulo:

Edusp/Funag, 1999, p. 321.

MARQUESE, B. Rafael. A dinâmica da escravidão no Brasil: Resistência, tráfico negro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos estudos - CEBRAP** no.74 São Paulo Mar. 2006

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002006000100007&script=sci_arttext&tlng=en#back14. Acesso em: 03 ago de 2010.

MOFFAT, G. "**Import Control and Industrialization: Study of the Australian Experience**". Melbourne University Press, 1987.

MORAN, H.Theodore. **The 'Development' of Argentina and Australia: The Radical Party of Argentina and the Labor Party of Australia in the Process of Economic and Political Development**. Comparative Politics. Vol. 3, No. 1 (Oct., 1970), pp. 71-92

NORTH, C. Douglass ; WEIGANST, R. Barry. "Constitutions and Commitment: The Evolution of Institutions Governing Public Choice in Seventeenth-Century England," **The Journal of Economic History, Cambridge University Press**, vol. 49(04), pages 803-832, December 1989. Disponível em: <http://journals.cambridge.org/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=4161868>. Acesso: 10 abril de 2010.

_____ CRAVEN, Paul. "Masters, Servants, and Magistrates in Britain and the Empire, 1562–1955". **University of North Carolina Press**, 2004. Disponível em: http://www.historycooperative.org/journals/lhr/25.2/br_5.html. Acesso em: 8 set 2010

_____ "Economic Performance through Time," **American Economic Review. American Economic Association**, vol. 84(3), pages 359-68, June 1994.

_____ "**Institutions, Institutional Change and Economic Performance**". Cambridge University Press, 1990.

_____ "Some Fundamental Puzzles In Economic History/Development," **Economic History, WPA**, 1995. Disponível em: <http://129.3.20.41/eps/eh/papers/9509/9509001.pdf>. Acesso em: 5 maio 2010.

_____ "**Desempeño económico en el transcurso de los años**". Conferência em Estocolmo, Suécia, 9 de dezembro de 1993..

Disponível no site: <http://www.eumed.net/cursecon/textos/north-nobel.htm>. Acesso em: 11 set 2010..

PAIVA, C. A. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. (Tese em História) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

PAULA, J. Antônio. Caio Prado Júnior e o Desenvolvimento Econômico Brasileiro. **PESQUISA & DEBATE**, SP, volume 17, número 1 (29) pp. 1-19, 2006. Disponível em: [http://www.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/edicoes/\(29\)joao_antonio.pdf](http://www.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/edicoes/(29)joao_antonio.pdf). Acesso: 4 out de 2010.

PENA, D. J.; BASTOS-RODRIGUES, L.; PIMENTA, J.R.; BYDLOWSKI, S.P. DNA tests probe the genomic ancestry of Brazilians *Brazilian Journal of Medical and Biological Research*. **Brazilian Journal of Medical and Biological Research**. vol.42 no.10 Ribeirão Preto Oct. 2009 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-879X2009001000001. Acesso em: 12 set. de 2010.

PERES, D. Ursula. Custos de Transação e Estrutura de Governança no Setor Público. **RBGN**, São Paulo, Vol. 9 n. 24, p. 15-30, maio/ago. 2007 Disponível em: <http://200.169.97.104/seer/index.php/RBGN/article/viewFile/81/76>. Acesso em: 08 ago de 2010.

PREBISCH, R. **O desenvolvimento econômico latino-americano e alguns de seus principais problemas**, in Bielschowsky, R. (edit), Cinquenta anos de pensamento da CEPAL. Rio de Janeiro: Record, vol 1, 2000.

REIS, F.B. Cristina; CARDOSO, G. Fernanda .A crucialidade dos condicionantes internos: o desenvolvimento comparado das colônias temperadas inglesas entre 1850 e 1930. **Estudos Econômicos** vol.39 no.2 São Paulo Apr./June 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-41612009000200004&script=sci_arttext&tIng=en. Acesso em: 18 set de 2010.

ROBERTSON, Paul; TRACE, Keith. "Government Involvement in the Development of Australian Manufacturing since 1945". **University of Melbourne and Monash University**, Vol 12, 1999 . Disponível em: <http://www.h-net.org/~business/bhcweb/publications/BEHprint/v012/p0109-p0123>. Acesso em: 29 set de 2010.

ROMEIRO, R. Ademar. Desenvolvimento sustentável e mudança institucional: notas preliminares. **Texto para Discussão, IE/UNICAMP**, Campinas, n. 68, abr. 1999. Disponível em:

<http://www3.fsa.br/LocalUser/Luciana/Nova%20pasta/No%C3%A7%C3%B5es%20de%20Gest%C3%A3o%20Ambiental/Desenvolvimento%20sustent%C3%A1vel.pdf>.

Acesso em: 23 jun. de 2010.

SCHWARTZMAN, S. **BASES DO AUTORITARISMO BRASILEIRO**. Editora Campus, 3a. edição, 1982.

Shaw, A. G. L. "**The economic development of Australia**". London; New York: Longmans, 1944.

SHIRLEY, Mary. "Institutions and Development". In (eds.): **Handbook of New Institutional Economics**. P. 611-638. Springer, 2005

SILVA, L. R. André . Da substituição de importações a substituição de exportações. **Revista Brasileira de Política Internacional** vol.48 no.2 Brasília July/Dec. 2005

Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292005000200013&script=sci_arttext)

[73292005000200013&script=sci_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292005000200013&script=sci_arttext). Acesso em: 04 jul. de 2010

Statistical Resources, Parliament of Australia - Parliament Library. Disponível em: <http://www.aph.gov.au/library/intguide/stats/index.htm>. Acesso em: 4, 5 e 6 jun. 2010

TAYOSHIMA, H. Sílvia. Instituições e Desenvolvimento Econômico, artigo apresentado no **III Encontro nacional de Economia Política**, junho de 1998, p. 95 – 112.

_____ H. Sílvia. "Instituições e desenvolvimento econômico: uma análise crítica das idéias de Douglass North". **Estudos Econômicos**, v. 29, n. 1, p. 95-112, 1999.

TRAINOR, L. "**Brith Imperialism and Australian Nationalism**". Cambridge University Press, USA, 1994.

URDANIVIA, N. Sívía. "El proceso de transformación industrial en Australia y Japón: El camino de las relaciones laborales en ambos países". **MÉXICO Y LA CUENCA DEL PACÍFCO**, Abril de 1999. Disponível em:

<http://148.202.18.157/sitios/publicacionesite/ppperiod/pacifico/Revista6/05Silvia.pdf>. Acesso em: 24 set 2010.

VIJEYARASA, Ramona. Verdade e Reconciliação para as "Gerações Roubadas": Revisitando a História da Austrália. **SUR - REVISTA INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS**. Número 7, ano 4 , 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/sur/v4n7/a06v4n7.pdf>. Acesso em: 21 de set. 2010

VILAROUCA, G. Márcio. Bicameralismo Simétrico em Países Parlamentaristas: Alemanha, Austrália e Itália. Artigo preparado para apresentação no **5º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)**, Belo Horizonte, Minas Gerais, de 26 a 29 de julho de 2006. Disponível em:

http://cienciapolitica.servicos.ws/abcp/cadastro/atividade/arquivos/25_7_2006_12_52_50.pdf. Acesso em: 16 out. de 2010.

WILLIAMSON, O. "**The Economics of Governance**". University of California, Berkeley. January 2005 Disponível em:

http://www.aeaweb.org/annual_mtg_papers/2005/0107_1645_0101.pdf. Acesso em: 9 set de 2010.

_____ O. "The Institutions and Governance of Economic Development and Reform". In : **WORLD BANK CONFERENCE ON DEVELOPMENT 1994**. Annals. Washington, 1994.

_____ O. "**The Mechanisms of Governance**". Oxford University Press, 1996.

WRIGHT C. "**Innovation, Continuity and Conservatism: Australian Employers and Changes in Labour Management, 1900-1950**". UK-Australian Labour History Conference, Manchester, UK, July 16-18th, 2003.